



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 065/2023
PROCESSO DE COMPRAS N.º: 303/2023

REPARTIÇÃO INTERESSADA: SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O RESTAURANTE POPULAR E PARA O RESTAURANTE POPULAR MÓVEL, INCLUINDO PREPARAÇÃO E TRANSPORTE.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
Recebimento das propostas até: 16/08/2023 ÀS 08:59 HORAS.
Abertura das propostas: 16/08/2023 ÀS 09:00 HORAS.
Início da sessão de disputa de preços: 16/08/2023 ÀS 09:15 HORAS
Sistema eletrônico utilizado: Compras BR – Portal de Licitações
Referência de tempo: Horário de Brasília – DF.

Informações e o edital em sua íntegra estão disponíveis no site: www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br

ADVERTÊNCIA: A municipalidade de Mauá adverte a todos os licitantes, que não está eximindo em penalizar empresas que descumpram o pactuado. Motivo pelo qual, solicitamos que as empresas apresentem suas propostas e lances de forma consciente e séria, com a certeza de que poderão entregar os objetos da forma como foi estabelecido no edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos, visando evitar problemas, tanto para a administração pública como para as empresas licitantes.

1 - PREÂMBULO

1.1. Tornamos público que, por autorização do **Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional – Sr. Hélio Tomaz Rocha**, acha-se aberta, nesta Prefeitura, LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, que nos termos do disposto no art. 191 da Lei 14.133/2021, será regida pelas Leis Federais nº.s 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações, Lei complementar 123/06, Decretos Municipais nº. 6783/05, 7841/13 e 7832/13 e Decreto Federal 10.024/19, e processada em conformidade com as disposições deste edital e seus anexos. A sessão, por via eletrônica, será realizada às **09:00 horas do dia 16 de Agosto de 2023**, no seguinte endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br.

1.2. As despesas serão suportadas pelas respectivas dotações orçamentárias nº.:

	COD RED	PROGRAMA DE TRABALHO	PRJ AT	RUBRICA	RECURSO
1	DOTAÇÃO	913/2023	20.20.08.306.0044.2518	2518 3.3.90.39. 41. 00. 00. 00	0001 - TESOURO
	APLICAÇÃO	11000	Geral		

2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Mauá, credenciado na função de pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento dos dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas utilizado pela administração direta, disponível no portal **Compras BR – Portal de Licitações**, no endereço www.comprasbr.com.br.

2.3. As empresas enquadradas na Lei Complementar 123/06 terão direito de preferência nos termos citados da Lei, optando pela preferência em campo próprio do sistema eletrônico.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE O ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO;
ANEXO III	MODELO DE DECLARAÇÕES;
ANEXO IV	MODELO DE PROPOSTA
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;
ANEXO VI	TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO;
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP
ANEXO VIII	MINUTA DO CONTRATO

3. DO OBJETO

3.1. O presente Pregão eletrônico tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O RESTAURANTE POPULAR E PARA O RESTAURANTE POPULAR MÓVEL, INCLUINDO PREPARAÇÃO E TRANSPORTE**, conforme especificações constantes do Anexo I, que integra edital em todos os seus termos e condições.



4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da licitação as interessadas, doravante denominadas Licitantes, que pertencerem ao ramo de atividade pertinente com o objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências deste Edital e de seus Anexos.

4.1.1. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente, as empresas:

- a) Estejam declaradas inidôneas (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);
- b) Impedidas de licitar e contratar com o Município de Mauá (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- c) Que possuam qualquer outro impedimento legal para tanto;
- d) Que não possuam em seu objeto social, ramo de atividade que seja pertinente ao objeto a ser licitado.
- e) Reunidas em consórcio.

4.2. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.3. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital. A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4. A empresa licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para o envio da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

4.5. Caberá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Como requisito para participação no pregão, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista no edital (Decreto Federal 10.024/2019).

5. CREDENCIAMENTO

5.1. Para participar da presente licitação os interessados deverão estar credenciados no provedor do sistema **Compras BR – Portal de Licitações**, na página www.comprasbr.com.br.

5.2. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “**MANUAL DE INSTRUÇÃO PARA CREDENCIAMENTO NOVO OU RENOVAÇÃO**”, disponibilizado no endereço <https://comprasbr.com.br/fornecedor/>.

5.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chaves de identificação e de senhas individuais a serem fornecidas pelo provedor do sistema quando do credenciamento.

5.4. Maiores informações sobre o credenciamento poderão ser obtidas no portal **Compras BR – Portal de Licitações**, www.comprasbr.com.br/, ou pelos telefones: **(67) 3303-2730 (67) 3303-2702**.

5.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura de Mauá responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento da empresa e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6. CONEXÃO COM O SISTEMA

6.1. A participação no pregão dar-se-á por meio de conexão do licitante ao sistema eletrônico acima citado, mediante digitação de sua senha (nos termos do item 5 deste edital) e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial e Documentos de Habilitação, exclusivamente por meio do referido sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos neste edital.

6.2. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital e seus anexos. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Incumbirá, ainda, ao licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.5. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

7. PROPOSTA COMERCIAL

7.1. A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento do valor unitário e total, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico **Compras BR – Portal de Licitações**.

7.1.1. Deverá apresentar o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, incluindo, obrigatoriamente, todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, frete, emolumentos, impostos, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de fornecimento que seja devida em decorrência, direta e indireta, do fornecimento do objeto desta licitação.

7.1.2. O pagamento será efetuado em até 30 dias, após o atesto da respectiva fatura.

7.1.3. Prazo de validade da proposta, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura do Pregão. Não sendo indicado o prazo de validade, fica subentendido como de 60 (sessenta) dias.

7.1.3.1. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal do licitante, encaminhada exclusivamente na forma eletrônica, através do portal **Compras BR – Portal de Licitações** dirigida ao Pregoeiro, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.



7.1.4. Deverão constar ainda da proposta, a razão Social da empresa, número do CNPJ/MF, endereço, telefone/Fax, e-mail, nome do banco e da agência e número da conta-corrente.

8. HABILITAÇÃO

8.1 Conforme o Decreto 10.024/19 no Art.26: Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. Os documentos relativos à habilitação, solicitados nos ITENS 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7 do presente edital, deverão ser **ANEXADOS OBRIGATORIAMENTE**, junto a proposta, na página do portal da Compras BR – Portal de Licitações, "<http://comprasbr.com.br/>".

8.3. As empresas que não anexarem a documentação na plataforma, serão consideradas **INABILITADAS**.

8.4. A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedade por ações;

d) Ato constitutivo, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

f) Cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, a ser comprovado por meio de Declaração, sob as penas da lei, emitida pelo proponente, conforme modelo constante do Anexo II;

g) A empresa deverá declarar que não foi considerada inidônea, sob as penas da Lei, conforme modelo constante do Anexo III;

h) A licitante fica obrigada a declarar, sob penalidades cabíveis, a inexistência de fatos impeditivos para habilitação, conforme modelo constante do Anexo IV, que deverá ser em papel timbrado, se possuir.

8.5. A documentação relativa à Regularidade Fiscal consiste em:

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital.

c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) **ou** Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados.

d) Prova de regularidade de Débitos referentes a Tributos Estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da unidade administrativa da sede da licitante;

e) Prova de regularidade de débitos referentes a tributos Mobiliários em nome da empresa licitante, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante;

f) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

g) Declaração da licitante de que inexistem impedimentos para contratar com a Administração Municipal.

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.6. A documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

8.6.1. Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem o fornecimento de objeto similar, conforme quantitativo exigido no anexo I;

8.7. A documentação relativa à qualificação econômica financeira consiste em:

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

a. 1.) Empresas que estejam em recuperação judicial, será exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período do ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, publicado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE, ou de outro indicador que o venha substituir. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis publicados em Diário Oficial ou publicadas em jornais ou por cópias ou fotocópias extraídas do Livro Diário – devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

b. 1.) Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b. 1.1.) Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornais de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b. 1.2.) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b. 1.3.) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº. 9.317/96 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b. 1.4.) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;



b.1.5.) Caso a escrituração contábil seja na forma eletrônica, deverá estar de acordo com o disposto na Resolução CFC nº 1.299/10 e Instrução Normativa nº 107/08 do DNRC, devendo ser apresentado:

b.1.5. a.) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis transcritas no Livro Diário Eletrônico, com os respectivos termos de abertura e de encerramento;

b.1.5. b.) Comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil (Recibo de Entrega de Livro Digital);

8.8. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas e CNDT, poderão ser apresentados também como “Certidão Positiva, com efeito, de Negativa”.

8.9. As fotocópias da documentação exigida poderão ser apresentadas no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

8.10. As licitantes inscritas no Registro Cadastral da Prefeitura de Mauá, poderão apresentar o respectivo Certificado, com prazo de validade em vigor na data prevista para sessão de abertura deste certame, na “Documentação Habilitatória”, o qual substituirá os documentos equivalentes aos do Registro Cadastral.

8.11. Prova de que a empresa visitou os locais de execução e tomou conhecimento das condições de execução do objeto, ou declaração de conhecimento dos locais;

9. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

9.1. Para participação neste pregão eletrônico, a empresa deverá estar credenciada no www.comprasbr.com.br, conforme o item 5 deste edital, no qual encaminhará, exclusivamente por meio eletrônico, utilizando senha privativa, a proposta eletrônica conforme item 7 deste edital.

9.2. Até às **08:59 horas do dia 16/08/2023**, os interessados poderão incluir ou substituir propostas e documentação habilitatória, no sistema eletrônico.

9.3. O pregoeiro analisará as propostas eletrônicas encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido neste edital e seus anexos. A decisão sobre a desclassificação de propostas comerciais será disponibilizada no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelas empresas.

9.4. Classificadas as propostas, às **09:00 horas do dia 16 de Agosto de 2023**, iniciar-se-á a fase de lances, na qual os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao seu último lance ofertado. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor, pressupondo-se a necessidade de estarem as empresas conectadas ao sistema eletrônico.

9.5. Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

9.6. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá como de menor valor o lance que tiver sido primeiramente registrado.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.8. Durante o transcurso da sessão de lances os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

9.9. A disputa será realizada através do **MODO ABERTO** em que os fornecedores apresentarão lances públicos e sucessivos com prorrogações levando em consideração critério de julgamento por **item**.

9.9.1 A etapa de envio de lances na sessão pública e durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.9.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.9.3 Caso não haja novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente. Poderá haver reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, quando a sessão pública for encerrada sem as prorrogações automáticas pelo sistema, em prol da consecução do melhor preço.

9.10. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances. Os licitantes deverão consultar regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

9.10.1 Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.11. Na hipótese de inabilitação ou de descumprimento de exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, caberá ao pregoeiro, convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam às exigências deste edital e seus anexos.

9.12. Declarado o licitante vencedor, o pregoeiro consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, e o processo será encaminhado à autoridade competente para homologação e adjudicação.

9.13. A qualquer momento, a Prefeitura do Município de Mauá, poderá desclassificar licitantes, sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive incorreções que venham a ser detectadas na documentação ou na proposta.

10. JULGAMENTO

10.1. O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as demais condições deste edital e seus anexos.

11. DO SERVIÇO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 Os serviços deverão ter início a partir da data da assinatura do contrato;

11.2. Local de execução dos serviços: conforme descrito no Anexo I;

11.3. Os serviços deverão ser entregues de acordo com os padrões de acondicionamento, manuseio, transporte, validade, observadas as regras específicas fixadas no presente edital e na Ordem de Serviço ou instrumento equivalente;

11.4. Os serviços serão recebidos, provisoriamente, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da entrega, para posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações, quantidades e preço correspondentes;

11.5 A aceitação definitiva dar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas, quando a Nota Fiscal será atestada por servidor/comissão devidamente credenciado para este fim e liberado o canhoto de recebimento;



11.6 Caso os serviços apresentem irregularidades, especificações incorretas e estejam fora dos padrões determinados ou fora do prazo de validade exigida, a unidade recebedora os notificará para regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. O atraso na regularização dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas neste Edital;

11.7 Não será admitida a entrega dos serviços pela Contratada sem que esta esteja de posse da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

11.8 Não serão aceitas entregas parceladas, salvo com prévia autorização da Prefeitura sendo que, neste caso, o pagamento será liberado após o término da entrega dos serviços constantes na Nota de Empenho.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias, pela Tesouraria da Secretaria de Finanças, após o atesto da Nota Fiscal.

12.1.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NFE, conforme determinação da SEFAZ (Secretaria da Fazenda Paulista), no que se refere a venda a órgãos públicos.

13. PENALIDADES

13.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inadequado ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, estará sujeito à aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02, observados os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº. 6783/05, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e nas demais cominações legais.

13.2. Pela injustificada inexecução parcial ou total do objeto deste, serão aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da rescisão contratual.

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa:

a) Multa pela recusa da CONTRATADA em aceitar o pedido de fornecimento sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, no valor equivalente a 20% do valor adjudicado;

b) A Multa pela inexecução parcial do contrato, no valor equivalente a 10% sobre a parcela inexecutada, podendo o CONTRATANTE autorizar a continuação do mesmo;

c) Multa pela inexecução total do contrato no valor equivalente a 20% sobre o valor do contrato;

d) Multa no valor equivalente a 10% do valor total do contrato se o produto for de má qualidade ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pelo CONTRATANTE;

e) Multa por atraso na entrega no valor equivalente a 0,5% do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso, não podendo ultrapassar a 20%;

13.3. Suspensão temporária de participar em licitação impedimento de contratar com a administração, conforme o disposto artigo 7º da Lei federal nº.10.520/02, observados os procedimentos contidos no Decreto municipal nº. 6783/05;

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

13.5. As multas são independentes entre si. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei.

13.6. O valor das multas aplicadas poderá ser deduzido do pagamento da nota fiscal ou de garantia prestada nos termos do Artigo 56, da Lei Federal nº. 8.666/93, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

13.6.1. Caso não haja nota fiscal pendente de pagamento ou prestação de garantia, a empresa será notificada a efetuar o pagamento administrativamente, ou, havendo resistência, a cobrança dar-se-á judicialmente.

13.7. De acordo com a legislação federal em vigor, a empresa deverá cumprir integralmente o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que veda a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, para fins de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. A constatação, a qualquer tempo, do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser contratada ensejará a rescisão do contrato, sem qualquer ônus para a P.M.M.

13.8. Perda da garantia oferecida, se houver, em caso de culpa pela rescisão contratual.

13.9. Constatada a inexecução contratual ou a hipótese do subitem 13, será a contratada intimada da intenção da Prefeitura quanto a aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do artigo 87, §2º e §3º da Lei nº. 8.666/93.

13.10. Não sendo apresentada a defesa prévia pela contratada, ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a Prefeitura providenciará a notificação da contratada quanto a aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 19, I, "f" da Lei nº. 8.666/93.

13.11. Além das expressas do Edital, poderão ser interpostas outras penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal 10.520/02 e nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme a gradação da falta cometida.

13.12. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 78, no modo previsto pelo artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.13. A Contratada estará sujeita ainda, às penalidades descritas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93.

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1. A presente contratação vigorará por 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério da Administração de acordo com a lei.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido: a) unilateralmente, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da lei federal nº. 8.666/93; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicial nos termos da legislação.

15.2. Nos casos de rescisão administrativa, ficam asseguradas ao contratante as prerrogativas previstas nos incisos I a IV, do artigo 80,



da lei supracitada.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1.** As decisões relativas a esta licitação serão comunicadas por meio do endereço eletrônico www.comprasbr.com.br.
- 16.2.** Não serão levados em consideração os documentos e propostas que não estiverem de acordo com as condições deste edital e seus anexos, quer por omissão, quer por discordância.
- 16.3.** Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de documentos e propostas.
- 16.4.** O pregoeiro poderá, no interesse da PMM em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelos licitantes. Poderá também realizar pesquisa na Internet, quando possível, para verificar a regularidade/validade de documentos ou fixar prazo aos licitantes para dirimir eventuais dúvidas. O resultado de tal procedimento será determinante para fins de habilitação.
- 16.5.** Orçamento sigiloso, nos termos do Decreto Federal 10.024/19.
- 16.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento da PMM.
- 16.7.** A Licitante vencedora e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem da PMM e/ou terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto da licitação.
- 16.8.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital e seus anexos, ou sugestão visando à sua melhoria, deverá ser encaminhado exclusivamente na forma eletrônica, através do portal **Compras BR – Portal de Licitações**, até 02 (dois) dias úteis antes da data e horário de recebimento de propostas comerciais previstos no subitem 9.2. Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e preciso para permitir a apresentação de proposta e documentos, não cabendo ao licitante o direito a qualquer reclamação posterior.
- 16.9.** Independentemente de declaração expressa, a apresentação de proposta comercial e de documentos implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste edital e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes na proposta comercial e documentos apresentados e, ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação da empresa, bem como de que deverá declará-lo quando ocorrido.
- 16.10.** O pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, solicitar aos licitantes, por escrito, informações adicionais sobre a proposta comercial e as documentações apresentadas. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido poderá, a critério do pregoeiro, implicar na desclassificação do licitante.
- 16.11.** Da decisão de desclassificar as propostas de preços (subitem 9.3) somente caberá pedido de reconsideração ao próprio pregoeiro, a ser apresentado exclusivamente na forma eletrônica, através do portal **Compras BR – Portal de Licitações**, acompanhado da justificativa de suas razões, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a contar do momento em que vier a ser disponibilizada no sistema eletrônico.
- 16.11.1.** O pregoeiro decidirá no mesmo prazo, salvo motivos que justifiquem a sua prorrogação, cabendo ao mesmo registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes. Da decisão do pregoeiro relativo ao pedido de reconsideração não caberá recurso.
- 16.12.** Da decisão que declarar o licitante vencedor, caberá recurso fundamentado dirigido ao Sr. Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional. Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados, para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 16.12.1** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 16.12.2** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.12.3** No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 16.13.** Todas as referências a horário neste edital consideram o horário de Brasília-DF.
- 16.14.** A PMM se reserva o direito de revogar unilateralmente esta licitação, a qualquer momento, não cabendo aos licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for.
- 16.15.** É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente dos envelopes.
- 16.16.** Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, exclusivamente na forma eletrônica, através do sistema **Compras BR – Portal de Licitações**.
- 16.16.1** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 16.16.2** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 16.17.** Os servidores que integram a Comissão de Pregão foi constituída pela Portaria nº. 11.679/2023.
- 16.18.** As partes elegerão o Foro da Comarca de Mauá para qualquer procedimento administrativo ou judicial decorrente do processamento desta licitação e do descumprimento do contrato dela originado.
- 16.19.** Este edital com as condições gerais do procedimento licitatório que em conjunto com os elementos específicos, contidos nos Anexos que o integram, regerão a licitação e a contratação específica.

Mauá, 01 de Agosto de 2023.

Vanessa Lima dos Passos Mattiello

Diretora de Compras e Licitações

Gerência de Licitações – SG



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O RESTAURANTE POPULAR E PARA O RESTAURANTE POPULAR MÓVEL, INCLUINDO PREPARAÇÃO E TRANSPORTE.

ITEM 1

ITEM	QUANT. ANUAL ESTIMADA	DESCRIÇÃO
1	300.000	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O RESTAURANTE POPULAR CENTRAL – ALMOÇO, MARMITEX E JANTAR

ITEM 2

ITEM	QUANT. ANUAL ESTIMADA	DESCRIÇÃO
2	250.000	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O RESTAURANTE POPULAR MÓVEL, ATRAVÉS DE MARMITEX

2. DETALHAMENTO – ITEM 1

2.1. Visa esta licitação a Contratação de empresa especializada no preparo, fornecimento, transporte e distribuição de em **média 25000 refeições mensalmente**, entre refeições distribuídas em um refeitório na área Central do município, durante o período do almoço e refeições acondicionadas em embalagens apropriadas (marmitex em alumínio), durante o almoço e jantar, distribuídas diariamente, conforme as especificações contidas abaixo.

2.2. O licitante deverá apresentar, junto à proposta de preços, o Atestado de Visita Técnica fornecido pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional que será o comprovante de que o licitante visitou e tomou conhecimento dos locais de prestação do serviço, entrega e condições em que os serviços serão executados. A visita técnica nos locais de fornecimento deverá ser feita por Nutricionista devidamente credenciado pela proponente, por escrito, e poderá ser agendada na Divisão Administrativa e Financeira, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, com Juliana ou Kelly por meio dos telefones: 4519-8730 ou 4512-7777, até um dia antes da data do certame licitatório. Poderá o atestado ser substituído por uma declaração de conhecimento dos locais da prestação de serviço e entrega, assinado pelo profissional credenciado e protocolada na ocasião do credenciamento dele.

2.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

2.3.1. Caso as licitantes optem por fazer visita técnica para que tenham conhecimento das condições que deverão ser prestados os serviços, poderão fazer o agendamento na Divisão Administrativa e Financeira, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, com Juliana ou Kelly por meio dos telefones: 4519-8730 ou 4512-7777, até um dia antes da data do certame licitatório. No dia da vistoria deverá ser apresentado credenciamento contendo nome e RG do representante da empresa que a fará, por escrito.

2.3.1.1. O Restaurante Popular Central, atualmente está situado na Rua General Osório, nº 144 – Vila Bocaína, Mauá, São Paulo. O horário de funcionamento do Almoço é de segunda a sexta-feira das 11h00 às 14h00 e do Jantar é de segunda a sexta-feira das 17h00 às 18h30 ou até atingir a cota diária de refeições servidas.

2.3.1.2. O endereço acima onde está localizado o atual Restaurante Popular Central é locado pela empresa detentora da prestação do serviço atualmente, ficando a critério da licitante que participará do certame a escolha do local que melhor lhe convier, desde que atenda o Anexo I – A, Perímetro Central para instalação do Restaurante Popular Central do edital e que tenha o crivo final da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme descrito abaixo no item 2.3.6.

2.3.1.3. O licitante deverá apresentar, junto à proposta de preços, declaração se comprometendo a adequar e adaptar, o local onde será instalado o Restaurante Popular Central, no prazo máximo de 30 (quinze) dias, após assinatura do contrato, bem como, manterá exposto em local de fácil acesso o Alvará Sanitário de titularidade da empresa licitante, expedido por órgão competente da esfera Estadual ou Municipal, referente ao Restaurante Popular Central.

2.3.2. A licitante deverá declarar que se compromete, caso vencedora, sob as penas da Lei, a apresentar, **em até 72 horas após a sessão**, as seguintes exigências:

2.3.2.1. Certificado de Vistoria e/ou Alvará de Licença Sanitária da sede da licitante emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente e uma declaração onde conste o endereço completo da cozinha que atenderá o objeto do contrato. Esta cozinha não deverá ultrapassar o limite de 50 (cinquenta) km dos pontos de entrega. A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional poderá promover vistorias antes do início do contrato e durante a sua vigência.

2.3.2.2. Comprovante de Registro da Empresa junto ao Conselho Regional de Nutrição (CRN) com atividade específica de cozinha industrial e do profissional devidamente inscrito no Conselho Regional de Nutrição que preencha os requisitos, Certidão de Registro e Quitação no CRN-3 e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, segundo os termos do art. 15, parágrafo único, da lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978.

2.3.2.3. Veículos adequados e necessários para atender a logística de distribuição das refeições e marmitex no Restaurante Popular Central, de acordo com a solicitação da CONTRATANTE, que atendam às especificações técnicas da CVS 15 de 07/11/1991 e demais legislações sanitárias, sendo que os veículos deverão possuir certificados de vistoria emitidos pela Vigilância Sanitária. Os veículos devem ser etiquetados, de acordo com a padronização e solicitação da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional e da Coordenadoria de Comunicação Social, além de atender todos os requisitos definidos em legislação sanitária local, os alimentos devem ser transportados em temperatura adequada e monitorados na recepção. Caso sejam transportados de forma inadequada não serão recebidos nos pontos de distribuição, devendo a empresa providenciar imediata substituição das refeições de modo a não comprometer o seu fornecimento aos municípios. Os colaboradores envolvidos no transporte das preparações deverão apresentar-se devidamente uniformizados, paramentados e asseados.

2.3.2.4. Declaração que atende às exigências de preparo, transporte e entrega de alimentos que não exceda a 06 (seis) horas, com a manutenção do produto acima de 60 °C ou que não exceda 1 (uma) hora com a manutenção do produto abaixo de 60° C para os alimentos quentes, para os alimentos frios até 10 °C com tempo de exposição de 4 (quatro) horas ou entre 10 °C e 21 °C até 2 (duas) horas de exposição, conforme Resolução RDC n.º 216/2004 da ANVISA e Portaria CVS nº 5/2013, modelo de declaração indicado em Anexo I – D.



- 2.3.2.5.** Declaração assinada pelo representante legal da empresa contendo a relação das instalações e do aparelhamento técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da presente licitação, acompanhada de declaração formal de sua disponibilidade, conforme as condições previstas na Resolução RDC N.º 216/2004 da ANVISA, sob as penas cabíveis.
- 2.3.2.6.** Declaração assinada pelo representante legal da empresa contendo a relação da equipe técnica, operacional e administrativa da licitante, com a qualificação e quantificação das funções compatíveis com o objeto, acompanhada de declaração formal de sua disponibilidade, sob as penas cabíveis.
- 2.3.2.7.** Declaração assinada pelo representante legal da empresa em que se obriga a manter durante a toda execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas, nos aspectos jurídicos e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando das respectivas habilitações, sob pena das sanções cabíveis, bem como que conhece na íntegra e concorda com o presente edital, e se submete as condições deste e da legislação pertinente em vigor.
- 2.3.2.8.** Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do participante, relativo à execução de serviço de alimentação, compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação. O atestado de no mínimo 50% das quantidades solicitadas neste item.
- 2.3.2.9.** Comprovar que possui, nutricionista responsável técnico, conforme os termos do art. 2º da Resolução CFN nº 419/2008, por execução de serviços de características semelhantes.
- 2.3.3.** Será declarado vencedor quem, entre os licitantes previamente habilitados, OFERECER O MENOR PREÇO, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no Edital, sendo que à empresa vencedora do certame licitatório será paga de acordo com o número de refeições/marmix servidas.
- 2.3.4.** Contratação com validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração de acordo com o artigo 57 da Lei 8.666/93.
- 2.3.5.** Os preços não sofrerão reajustes pelo período de 12 (doze) meses, conforme legislação federal em vigor, tendo como base de reajuste o índice IPCA, ou outro índice equivalente e pertinente ao teor do contrato.
- 2.3.6.** O local onde será atendido o Restaurante Popular Central, deverá ser autorizado pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Deverá ter condições de acessibilidade no local, para portadores de deficiência, idosos e gestantes, conforme previsto em legislação vigente. O refeitório deverá ter capacidade mínima de 170 lugares, com mesas e cadeiras adequadas para o atendimento dos munícipes, com ventiladores para manter o conforto térmico no refeitório e todas as solicitações que a CONTRATADA julgar necessário, para melhor atender os munícipes.
- 2.3.7.** A empresa deverá arcar com todos os ônus resultantes da exploração da atividade (água, aluguel do imóvel, energia elétrica, mão de obra, manutenção estrutural, segurança, controlador de acesso, material de limpeza, equipamentos permanentes e utensílios descartáveis, impostos e taxas).
- 2.3.7.1.** A responsabilidade pela manutenção preditiva, preventiva e corretiva das instalações físicas do setor, em termos de manutenção interna (pintura, revestimento, troca de lâmpadas, telas, vedações, limpeza da caixa de gordura, troca de extintores, filtros de água, entre outros) caberá à CONTRATADA.
- 2.3.8.** Responsabilizar-se pelas aprovações e licenças junto aos Órgãos Públicos, quando aplicável, bem como, por qualquer multa decorrente da não observância das legislações vigentes.
- 2.3.9.** As despesas com a instalação e manutenção do Restaurante Popular Central serão arcadas pela empresa, inclusive fornecimento de álcool 70%, sabonete líquido higienizante e papel toalha, para higienização das mãos dos comensais e seus funcionários, nas pias do respectivo refeitório, bem como instalar a estrutura necessária à distribuição no refeitório, com todos os itens descartáveis necessários, para os sanitários, além dos equipamentos (balcão térmico e/ou passthrough, refrigerador, freezer, filtro de água, bebedouro elétrico, fresqueira, caixas térmicas hot-box), utensílios (pratos, talheres, entre outros), conforme ANEXO I – C e quantitativo adequado de funcionários, calculado por meio do uso de indicadores específicos e da Resolução do CFN nº 600, de 2018.
- 2.3.9.1.** Fornecer à equipe técnica da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, no início do contrato, para efeito de controle interno, a relação dos funcionários que comporão a equipe de trabalho, bem como qualquer alteração que porventura ocorra.
- 2.3.10.** A CONTRATADA é obrigada a zelar pela conservação, boa aparência e higiene do local, mantendo em perfeito estado de asseio e limpeza as instalações prediais e utensílios utilizados no serviço, diariamente no início e ao final do serviço, empregando-se produtos químicos apropriados para os diversos manuseios: a base de hipoclorito, produtos alcalinos, desengordurantes, entre outros, dentro dos padrões exigidos pela fiscalização sanitária e ANVISA; bem como se responsabilizar pelo manejo e transporte de todo o resíduo sólido, reciclável e orgânico gerado na distribuição, garantindo a remoção, ao final da distribuição, dos resíduos sólidos, recicláveis e orgânicos e dando-lhe a destinação adequada.
- 2.3.11.** Todos os funcionários da contratada deverão estar uniformizados, portando crachás de identificação e portando os equipamentos exigidos pelo Ministério da Saúde.
- 2.3.11.1.** Apresentar os exames médicos previstos dos funcionários admitidos; em conformidade com a Portaria CVS 5, de 09 de abril de 2013 – Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e demais legislações vigentes.
- 2.3.12.** Na distribuição das refeições servidas no Restaurante Popular Central, os funcionários da empresa deverão usar além do uniforme da empresa, os EPIs adequados, luvas descartáveis, rede ou touca para proteção dos cabelos e seguir todas as recomendações da Portaria CVS 5/2013 – regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação, e devem utilizar a máscara de proteção nasobucal, de acordo com a legislação vigente. A CONTRATADA deverá fornecer para seus funcionários luvas de borracha para manuseio de produtos químicos, luvas térmicas para manuseio de equipamentos quentes, sapatos antiderrapantes, botas plásticas e aventais plásticos para setores de lavagem. Os funcionários devem receber treinamento para realizar o correto porcionamento dos alimentos, de acordo com a gramagem de cada item, estipulada nesse termo e treinamento de boas práticas de fabricação, incluindo as condições sanitárias para higiene pessoal, do alimento distribuído, de superfícies e com o ambiente.
- 2.3.12.1.** A CONTRATADA deverá promover capacitação da equipe operacional, administrativa e técnica no início da realização da prestação dos serviços e toda vez que houver substituição ou nova contratação de funcionários, abordando no mínimo os seguintes temas: contaminantes alimentares; doenças transmissíveis por alimentos (DTA); boas práticas de manipulação de alimentos; higiene pessoal e ambiental; técnicas culinárias; manuseio de equipamentos; prevenção de acidentes de trabalho; combate a incêndio; relacionamento interpessoal; atendimento e acolhimento ao usuário; e qualidade de vida do trabalhador, bem como apresentar cronograma para as demais capacitações ao longo da prestação dos serviços.
- 2.3.13.** Durante toda a distribuição, deverá haver um funcionário da CONTRATADA para o recebimento do valor do munícipe, o valor é estipulado pelo Decreto Nº 9.028 DE 26/05/2022, que fixa o valor da refeição servida no Restaurante Popular do Município de Mauá em R\$ 1,00 (um real).
- 2.3.13.1.** Durante toda a distribuição no refeitório, deverá haver um funcionário da CONTRATADA para a higienização das mesas, do piso do refeitório e do recolhimento do lixo, sempre que necessário.
- 2.3.14.** A empresa deverá afixar o cardápio semanal do almoço para que os munícipes tomem conhecimento.



- 2.3.15.** Durante o horário de funcionamento do Restaurante Popular Central, deverá haver um (a) nutricionista no local, com poderes para tomar deliberação e ou atender a qualquer solicitação da Fiscalização, quanto a tudo que se relacione à boa execução dos serviços contratados.
- 2.3.16.** O horário de atendimento do Restaurante Popular Central, será Almoço das 11:00 até as 14h00 e Jantar será das 17:00 até as 18:30 ou até encerrarem todas as refeições/marmitex, de acordo com a cota diária, de segunda a sexta-feira, podendo atender nos feriados e pontos facultativos, conforme determinação da CONTRATANTE.
- 2.3.17.** A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional só autorizará o início de funcionamento após apresentação da licença de funcionamento da vigilância sanitária, a apresentação do seguro solicitado e os certificados de vistoria dos veículos.
- 2.3.18.** Todos os produtos utilizados deverão possuir identificação da sua origem e possuir os registros necessários a sua comercialização.
- 2.3.19.** A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional determinará a retirada dos alimentos que não atenderem ao item anterior, não forem de boa qualidade, não apresentarem boa aparência, não for considerado próprio ao consumo e que apresentarem baixa aceitação por parte dos consumidores.
- 2.3.20.** A CONTRATADA deverá apresentar sugestões de cardápios elaborados por nutricionistas, para aprovação, desde que respeitado os quantitativos e incidência dos componentes, com 30 (trinta) dias de antecedência. Os cardápios serão vistoriados e aprovados por profissional competente na Divisão de Alimentação Popular e do Servidor, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, podendo sofrer alterações a seu pedido.
- 2.3.21.** A CONTRATADA deverá fornecer refeições especiais de acordo com o cardápio preestabelecido em datas comemorativas ou sazonais tais como: São João, Natal, Páscoa, Ano Novo, Dia da Mãe, Dia dos Pais, entre outras como servir Sopa no inverno. Os cardápios especiais deverão ser compostos de produtos habitualmente consumidos nas respectivas datas comemorativas e/ou sazonalidade e serão apresentados e validados pela equipe técnica da CONTRATANTE.
- 2.3.22.** Os cardápios somente poderão ser alterados, desde que respeitado os quantitativos e incidência dos componentes, com autorização e aprovação dos responsáveis técnicos da Divisão de Alimentação Popular e do Servidor da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, devendo a CONTRATADA solicitar alterações, devidamente justificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias à 3 (três) dias da sua execução.
- 2.3.23.** O preparo, fornecimento e distribuição das refeições iniciar-se-á após a assinatura do contrato e a emissão da ordem de serviço, expedida pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.
- 2.3.24.** A empresa deverá promover exposições de Educação Alimentar e Nutricional no Restaurante Popular Central, na Semana Municipal da Alimentação e/ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE.
- 2.3.25.** Todas as preparações do cardápio deverão ser cuidadosamente porcionadas, mantendo as qualidades sensoriais dos alimentos servidos, nos recipientes descartáveis: marmitex em alumínio para a refeição, potes de plástico transparente com tampa para a salada e para a sobremesa, bem vedados para manter o alimento seguro no deslocamento, com monitoramento de tempo e temperatura, além do fornecimento de talheres descartáveis para a refeição e guardanapos, armazenados dentro de saco transparente.
- 2.3.26.** Os equipamentos necessários à exposição e à distribuição de alimentos preparados sob temperaturas controladas devem ser devidamente dimensionados e estar em bom estado de higiene, conservação e funcionamento, devendo a temperatura dos alimentos mantidos nesses equipamentos ser monitorada.
- 2.3.27.** Os alimentos preparados devem ser transportados em veículos limpos, dotados de cobertura para proteção da carga, não devendo transportar outras cargas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária do alimento preparado. As embalagens de alimentos prontos para o consumo não devem ser transportados em contato direto com o piso do compartimento de carga, para evitar danos ou contaminação, devendo estar separados e protegidos sobre prateleiras ou paletes. Devem possuir identificação, data e hora de preparo, além da temperatura ideal de conservação e validade.
- 2.3.28.** As embalagens das marmitex, sobremesas e afins deverão conter a informação de data de fabricação, validade dos mesmos e todas as informações que a CONTRATANTE julgar necessário.
- 2.3.29.** A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações referentes ao alimento servido, que a CONTRATANTE, julgar necessário.
- 2.3.30.** O controle de pragas e vetores urbanos deverá ser feito através de medida preventiva. Em caso de indícios ou presença de pragas e vetores nas dependências da Central de Produção de Alimentos, no Restaurante Popular Central e do Veículo de Transporte de Alimentos, a CONTRATADA deverá proceder imediatamente ao tratamento químico necessário como medida corretiva, para impedir o acesso, abrigo e proliferação de pragas urbanas nas instalações utilizadas para a distribuição, devendo apresentar certificado de dedetização, seguindo as legislações vigentes.
- 2.3.31.** A CONTRATADA deve realizar a análise microbiológicas mensais das preparações de um dia de cardápio, incluindo a bebida, das mãos de dois funcionários e de dois utensílios e enviar os resultados para a Divisão Administrativa e Financeira, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.
- 2.3.32.** A empresa deverá obedecer às exigências do artigo 31 da Lei 8.078 de 11/09/90, a saber: "A oferta e apresentação dos produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidades, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores."
- 2.3.33.** A empresa vencedora deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, uma apólice de seguro de 5% para garantia de bens e pessoas, com cobertura que compreenda os riscos físicos e materiais que possam apresentar a alimentação servida no Restaurante Popular Central. A CONTRATADA será responsável pela qualidade dos alimentos fornecidos perante autoridades sanitárias, incorrendo em responsabilidade civil e criminal pelo uso e fornecimento de alimentos impróprios para consumo.
- 2.3.34.** A CONTRATADA deve responsabilizar-se por todo o ônus de natureza trabalhista e previdenciária dos funcionários envolvidos na prestação do serviço. Segurar seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, cujo certificado, devidamente expedido pelo INSS, conforme preceitua a Lei, deverá ser apresentado à fiscalização mensalmente, junto a nota fiscal da prestação de serviços.
- 2.3.35.** A CONTRATADA deve respeitar e fazer respeitar as Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo ao seu pessoal os meios apropriados e necessários para sua segurança pessoal, atender a todos os encargos e despesas decorrentes da alimentação de seus empregados.
- 2.3.36.** A CONTRATADA deve responsabilizar-se por qualquer acidente que venha vitimar seus empregados ou terceiros quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do contrato de prestação de serviços, sendo que a sua inadimplência com referência a estes encargos não transfere à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá as responsabilidades de seu pagamento nem onera o objeto deste contrato.
- 2.3.37.** A CONTRATADA deve responsabilizar-se a fornecer tantos empregados quantos necessários ao perfeito atendimento do presente contrato, bem como pela alimentação, transporte, atendimento médico, indenizações, ou qualquer outro benefício seja de que natureza for, ficando tais encargos por conta da CONTRATADA, de acordo com a legislação em vigor.



- 2.3.38.** A CONTRATADA deve diligenciar para que seus empregados tratem com cordialidade o usuário do restaurante Popular Central, visitantes e fiscais, podendo a CONTRATANTE exigir a retirada daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente e/ou desrespeitosa.
- 2.3.39.** A CONTRATADA deve elaborar e apresentar à Contratante o Manual de Boas Práticas – MBP e os Procedimentos Operacionais Padronizados – POP adotados na Central de Produção de Alimentos, no Veículo de Transporte de Alimentos e no refeitório de distribuição.
- 2.3.40.** A CONTRATANTE notificará a empresa, por escrito, sobre defeitos, irregularidades ou falhas constatadas na execução dos serviços fixando prazos para as devidas correções.
- 2.3.41.** A CONTRATANTE realizará vistoria no início e ao final do contrato, para verificação das condições da estrutura predial, dos equipamentos, dos utensílios, dos veículos e afins devendo exigir da empresa a reposição imediata do que for danificado, destruído, extraviado ou desgastado pelo uso.
- 2.3.42.** A CONTRATANTE pagará somente as refeições efetivamente servidas e as marmitex solicitadas serão contabilizadas pela CONTRATANTE.
- 2.3.43.** As multas e eventuais descontos serão aplicados em razão das ocorrências verificadas pela Fiscalização, conforme Termo de Referência, diretamente como glosa no faturamento mensal.
- 2.3.44.** Haverá um funcionário da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional diariamente que executará fiscalização e a degustação no Restaurante Popular Central. Disponibilizar uma amostra diária de cada item da refeição (não computada no quantitativo total a ser distribuída diariamente) para a fiscalização avaliar características sensoriais relacionadas à qualidade: aparência, aroma, textura, sabor e quantidade em conformidade às especificações deste Termo de Referência.
- 2.3.45.** A inexistência de citações explícitas de normas técnicas e regulamentadoras de serviços de alimentação, objeto deste termo de referência, não desobriga a CONTRATADA de adotá-las, nem impedirá penalidades, multas ou glosas decorrentes do não atendimento ou violação de normas técnicas e legais vigentes e emanadas de órgãos oficiais distritais ou federais.
- 2.3.46.** As refeições em desconformidade com o cardápio definido não serão consideradas para fins de pagamento, e as glosas serão realizadas nas proporções do quadro abaixo descrito.
- 2.3.47.** As preparações quentes deverão ser devidamente acondicionadas em equipamentos térmicos com capacidade adequada à quantidade de refeições servidas e que mantenham a temperatura preconizada pela legislação vigente.
- 2.3.48.** As preparações frias (saladas, frutas, sobremesas e sucos) deverão ser devidamente acondicionadas com capacidade adequada à quantidade de refeições e que mantenham a temperatura preconizada pela legislação vigente.

2.4. Quadro 1: Percentual de Glosa a ser aplicado por tipo de refeição.

REQUISITO	PERCENTUAL DE GLOSA
Cardápio divergente do contratado para o dia ou alteração de cardápio sem prévia autorização	20%
Alimentos armazenados inadequadamente ou na gramagem inferior ao previsto	50%
Refeição não contemplando todos os itens previstos	50%
A refeição não estar no local e/ou horário estipulado sem aviso prévio	50%
Transporte das refeições em desconformidade com a legislação sanitária local	50%
Espaço e utensílios não higienizados adequadamente	50%
Temperatura do alimento inadequada	100%

ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS ITENS DA REFEIÇÃO:

2.5. ARROZ BENEFICIADO POLIDO

2.5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

2.5.1.1. Classificação: grupo: beneficiado; subgrupo: polido; classe: longo fino (agulhinha); Tipo 1.

2.5.1.1.1. Deverá ser da safra corrente, apresentar-se em bom estado de conservação isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas à saúde, bem como de insetos, parasitos e outros agentes ou infestações.

2.5.1.2. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: branco; sabor: próprio; textura: macio e solto; odor/aroma: próprio.

2.6. FEIJÃO CARIOCA TIPO 1

2.6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

2.6.1.1. Composição: Feijão – Grupo I: Feijão Comum, quando proveniente da espécie *Phaseolus vulgaris* L.; Classe: cores (produto que contém, no mínimo, 97% (noventa e sete por cento) de grãos da classe cores, admitindo-se até 10% (dez por cento) de outras cultivares da classe cores, que apresentem contraste na cor ou no tamanho); Tipo: 1 (nível máximo de tolerância de defeitos).

2.6.1.1.1. O feijão deverá ser de safra corrente, apresentar-se em bom estado de conservação isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas à saúde, bem como de insetos, parasitos e outros agentes ou infestações.

2.6.1.2. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: marrom claro; sabor: próprio; textura: macio; odor/aroma: próprio.

2.7. MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS

2.7.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

2.7.1.1. Composição: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais urucum e cúrcuma.

2.7.1.1.1. Serão permitidos apenas os corantes naturais, excluindo os artificiais.

2.7.1.2. Características sensoriais após preparo: formatos: diversos (espaguete, ninho, penne, parafuso); aparência/cor: amarelo creme; sabor: próprio; textura: firme e macio; odor/aroma: próprio.

2.8. CARNE BOVINA

2.8.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

2.8.1.1. Composição: acém bovino, patinho, músculo, coxão mole, coxão duro, cupim, contrafilé, alcatra, fígado bovino, limpo (isento de tecido conjuntivo de revestimento), sem osso.



2.8.1.2. A carne de bovino, quando em pedaços ou moída, deve conter no máximo 5% de gordura, ser isenta de cartilagem, de ossos e conter no máximo 3% de aponevroses.

2.8.1.3. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: marrom; sabor: próprio; textura: macia e succulenta; odor/aroma: próprio.

2.8.1.4. As carnes bovinas deverão ser apresentadas dentro da gramagem estabelecida, livres de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes capazes ou não de mascarar ou encobrir possíveis alterações.

2.9. CARNE DE AVES

2.9.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

2.9.1.1. Composição: coxa e sobrecoxa de frango, coxinha da asa, tulipa de frango, peito de frango sem pele, sem osso e limpa.

2.9.1.2. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: marrom pálido; sabor: próprio; textura: macia e succulenta; odor/aroma: próprio.

2.9.1.3. As aves deverão ser apresentadas dentro da gramagem estabelecida, livres de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes capazes ou não de mascarar ou encobrir possíveis alterações.

2.10. CARNE SUÍNA

2.10.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

2.10.1.1. Composição: lombo, bisteca, costelinha, pernil limpo.

2.10.1.2. A carne suína, quando em pedaços deve conter no máximo 5% de gordura, ser isenta de cartilagem, de ossos e conter no máximo 3% de aponevroses.

2.10.1.3. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: marrom claro; sabor: próprio; textura: macia e succulenta; odor/aroma: próprio.

2.10.1.4. As carnes suínas deverão ser apresentadas dentro da gramagem estabelecida, livres de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes capazes ou não de mascarar ou encobrir possíveis alterações.

2.11. PEIXES

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

2.11.1.1. Composição: filé de merluza, tilápia, polaca, pescada sem espinhas; postas de robalo, tainha, cação sem espinhas.

2.11.1.2. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: branca; sabor: próprio e suave; textura: macia e firme; odor/aroma: próprio.

2.11.1.3. Os pescados deverão ser apresentados dentro da gramagem estabelecida, livres de substâncias químicas e quaisquer outros contaminantes capazes ou não de mascarar ou encobrir possíveis alterações do pescado.

2.12. FRUTAS

2.12.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

2.12.1.1. Compreenderá as seguintes frutas: abacaxi, ameixa, banana-nanica ou prata, maçã gala ou fuji, caqui fuyu ou giombo, carambola, laranja, tangerina poncã ou murcot, pêra danjou ou williams, goiaba vermelha, kiwi, manga, melancia, melão, pêssego e uva.

2.12.1.2. As frutas devem estar de acordo com as normas do "Programa Brasileiro para a melhoria dos padrões Comerciais e Embalagens de Hortigranjeiros" – CEAGESP/SP, HORTI ESCOLHA – Centro de Qualidade Hortigranjeiros CEAGESP/SP, boletins EMBRAPA e com a legislação vigente ANVISA/MS.

2.12.1.3. Classificação: as frutas, de acordo com as suas características, serão classificadas em Extra, constituída por fruta de elevada qualidade, devem estar bem desenvolvidas e maduras, que apresentam tamanho, cor e conformação uniformes; obedecer as classificações em Boletim Informativo do CEAGESP e programa Hortiescolha (Centro de Qualidade em Horticultura da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP), inclusive para padrão mínimo de qualidade, sem defeitos (polpa ou casca), enfermidades, manchas, escurecimentos, fermentos ou podridão.

2.12.1.4. As frutas próprias para o consumo devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e são, e satisfazerem as seguintes condições:

- a) serem frescas;
- b) terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades;
- c) apresentarem grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.
- d) serem colhidas cuidadosamente e não estarem golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetem a sua aparência; a polpa e o pedúnculo, quando os houver, devem se apresentar intactos e firme;
- e) não conterem substâncias terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca;
- f) estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos;
- g) estarem livres de resíduos de fertilizantes;
- h) ausência de sujidades, parasitos e larvas.

2.12.1.5. As frutas servidas inteiras deverão conter de 80 (oitenta) a 120 (cento e vinte) gramas, por unidade. As frutas servidas em fatias como: melão, melancia, manga e abacaxi deverão conter de 100 (cem) a 120 (cento e vinte) gramas.

2.12.1.6. Todas as frutas deverão vir já higienizadas (Portaria CVS nº 5, 09/04/2013).

2.12.1.7. As frutas deverão vir embaladas individualmente, prontas para o consumo. Cada fruta deverá vir embalada em filme de PVC esticável ou saco plástico, atóxico, inodoro, transparente e resistente. As frutas servidas picadas como salada de frutas deverão ser acondicionadas em potes descartáveis com tampas de plástico atóxico, inodoro, transparente e resistente com capacidade de 100 ml.

2.13. HORTALIÇAS E TUBÉRCULOS

2.13.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PRODUTOS

2.13.1.1. Compreenderá todas hortaliças: verduras, legumes e tubérculos.

2.13.1.2. Características gerais: as hortaliças e tubérculos deverão estar aptos para o consumo devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e são, e satisfazerem as seguintes condições: serem frescas e sãs; de evolução completo do tamanho, aroma, e cor próprias da espécie e variedade; estarem livres de enfermidades, insetos e larvas; não estarem danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência; estarem livres das folhas de terra; ausência de sujidades, terra; estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos, estarem livres de resíduos de fertilizantes.

2.13.1.3. Classificação: as hortaliças e tubérculos, de acordo com as suas características, são classificadas em Extra, quando constituída por produto de elevada qualidade, devem estar bem desenvolvidas e maduras, que apresentam tamanho, cor e conformação uniformes; obedecer às classificações em Boletim Informativo do CEAGESP e programa Hortiescolha (Centro de



Qualidade em Horticultura da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP), inclusive para padrão mínimo de qualidade, sem defeitos (polpa ou casca), enfermidades, manchas, ferimentos ou podridão.

2.13.1.4. Demais determinações de padrão de qualidade e classificação devem seguir os Boletins CEAGESP e programa Hortiescolha (Centro de Qualidade em Horticultura da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP), ou na legislação vigente da ANVISA, Instruções normativas de Regulamentos técnicos de identidade e qualidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais normas do Programa Brasileiro para Modernização da Agricultura.

2.13.1.5. As hortaliças que forem consumidas cruas, ou seja, sem passar por cocção, deverão ser higienizadas (Portaria CVS nº5, 09/04/2013).

2.14. NÉCTAR DE FRUTAS (SABORES DIVERSOS)

2.14.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

2.14.1.1. Néctar é a bebida não fermentada, obtida da dissolução, em água potável, da parte comestível da fruta e açúcares, destinado ao consumo direto, podendo ser adicionada de ácidos. Sabores: caju, goiaba, laranja, maracujá, pêssego, uva, entre outros sabores.

2.14.1.2. Composição: água, suco concentrado de fruta e/ou polpa de fruta (sabores diversos: caju, goiaba, laranja, maracujá, pêssego, uva, entre outros), açúcar e acidulante. Poderá conter: ácido ascórbico (vitamina C), estabilizante e aroma natural. Não contém glúten. Obs.: Poderá conter outros ingredientes, desde que citados e aprovados pela Divisão de Alimentação Popular e do Servidor, e sem prejuízo das demais características do produto.

2.14.1.3. Características organolépticas: aspecto: próprio, de acordo com a fruta; cor: própria, de acordo com a fruta; cheiro: próprio; sabor: característico da fruta.

2.14.1.4. O produto deverá estar acondicionado em embalagem tetra pak (tetrabrik aséptico) mínimo 6 camadas, estéreis, adequados ao contato direto com alimentos, hermeticamente fechados, devendo conter 200ml cada, com 01 canudo ou serem servidos em copos descartáveis, contendo 200 ml.

2.15. COMPOSIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DAS REFEIÇÕES E MARMITEX:

2.15.1. Composição da refeição/marmitex: arroz, feijão, prato principal, guarnição, saladas, sobremesa, pão francês/leite e suco, deverá seguir o modelo de cardápio e as gramagens para cada item estabelecidas nesse Termo de Referência (ANEXO I – B). A contratada obedecerá as seguintes incidência dos itens para as refeições, servidas em marmitex e no Restaurante Popular Central:

2.15.1.1. Arroz e feijão: servidos diariamente;

2.15.1.2. Prato principal/proteico: diariamente, sendo os bovinos os de maior incidência 2 a 3 vezes por semana;

2.15.1.2.1. Pescados: 1 a 2 vezes por mês;

2.15.1.2.2. Suínos: 1 a 3 vezes por mês;

2.15.1.2.3. Aves: 1 a 2 vezes por semana;

2.15.1.2.4. Feijoadas: 2 a 3 vezes por mês;

2.15.1.2.5. Vísceras (fígado ou dobradinha): 1 vez a cada 2 meses;

2.15.1.3. Guarnições: diariamente, sendo farofa 3 a 4 vezes ao mês.

2.15.1.3.1. A predominância deverá ser de verduras e legumes: 2 a 3 vezes por semana;

2.15.1.3.2. Massas: 3 a 4 vezes ao mês;

2.15.1.4. Salada: diariamente, sendo verduras e legumes variados;

2.15.1.5. Sobremesa, diariamente;

2.15.1.5.1. Frutas: 2 a 3 vezes por semana;

2.15.1.5.2. Doces: 1 a 2 vezes na semana;

2.15.1.6. Suco de Frutas: diariamente, sabores variados (néctar de frutas, suco concentrado ou polpa de suco: seguindo as recomendações de diluição do fabricante);

2.15.1.7. Diariamente servir pão francês/pão de leite de 25 gramas (vinte e cinco), acondicionados em embalagem de saco plástico transparente em tamanho apropriado, hermeticamente fechado e identificado com tipo e prazo de validade.

2.15.1.8. As marmitex entregues no Restaurante Popular Central (almoço e jantar) deverão ser distribuídas em saco plástico resistente, branco, atóxico, inodoro, resistente e com o logotipo do Restaurante Popular Central impresso, conforme determinação da CONTRATANTE.

2.15.2. É vedada a adição de aditivos químicos com o intuito de acentuar a coloração de qualquer preparação, bem como a utilização de temperos completos, em tabletes, pó ou pasta, bem como amaciantes de carne de origem industrial no preparo das refeições, devido à grande quantidade de sódio presente nesses compostos, podendo ser usados nas preparações os condimentos e temperos naturais;

2.15.3. A CONTRATADA deverá aferir e registrar em formulário próprio as temperaturas dos equipamentos de conservação, das preparações ou dos alimentos durante todo o processo de distribuição, observando-se os parâmetros previstos na legislação.

2.16. REQUISITOS GERAIS DE TODOS OS ALIMENTOS DO ITEM 1 (DE 2.5. A 2.15.) E CONSIDERAÇÕES FINAIS:

2.16.1. O prato principal deverá ser constituído de carne bovina, suína, aves, ovos ou pescado.

2.16.2. A guarnição fornecida em combinação com o prato principal será constituída de massa, purês, farofa, legumes ou verduras cozidos, bolinhos, tortas, conforme a gramagem estipulada.

2.16.3. Não será aceito como guarnição, preparações à base de arroz enriquecido com legumes (do tipo arroz à grega, arroz à primavera, etc).

2.16.4. Arroz e feijão deverão no mínimo, uma vez por mês, ser enriquecidos com outros ingredientes.

2.16.5. As refeições no Restaurante Popular Central deverão ser servidas em bandejas lisas, com prato raso grande, copo descartável com capacidade de 200 ml para suco e/ou suco em embalagem tetra pak, pote descartável com tampa para sobremesa e talheres em aço inoxidável. Os talheres deverão ser embalados em sacos plásticos apropriados e transparentes, com guardanapo de papel 24 cm x 24 cm e colher para sobremesa, quando necessário. Todos os utensílios deverão ser providenciados pela empresa contratada.

2.16.5.1. No Restaurante Popular Central cada usuário é servido através de pratos rasos, apoiados sobre bandejas plásticas; seguindo a seqüência do balcão de distribuição: arroz, feijão, prato principal, guarnição, salada, sobremesa, pão francês/pão de leite e suco, respeitando-se a gramagem per capita e seguindo o modelo de cardápio, solicitados nesse Termo de Referência (ANEXO I – B).

2.16.6. As marmitex em alumínio deverão ser distribuídas contendo: 1 (uma) marmitex de alumínio para a refeição contendo arroz, feijão, prato principal e guarnição, 1 (um) pote transparente de plástico com tampa para as saladas, 1 sobremesa, 1 pão francês/pão de leite, 1 néctar de fruta de 200 ml acondicionado em embalagem tetra pak, contendo um canudo embalado individualmente, seguindo as gramagens estabelecidas nesse Termo de Referência, talheres de plásticos para refeição embalado em sacos plásticos apropriados e transparentes, com guardanapo de papel 24 cm x 24 cm e colher para sobremesa, quando necessário. Todos os utensílios deverão ser providenciados pela empresa contratada.



2.16.7. Todos os itens da refeição no local e marmitex deverão respeitar a incidência e a gramagem *per capita* solicitadas nesse Termo de Referência.

2.16.8. Para controle da qualidade da alimentação a ser servida, a CONTRATADA deverá coletar diariamente amostras de peso mínimo de 100g de todas as preparações do cardápio servido, tanto na cozinha na qual são preparadas as refeições como no Restaurante Popular Central. As amostras deverão ser coletadas no horário correspondente a 1/3 do período do término previsto para a distribuição, em recipientes próprios e identificados, e armazenadas durante 72 (setenta e duas) horas, para eventuais análises bacteriológicas, toxicológicas e físico-químicas, a expensas da CONTRATADA, que deverá apresentar à CONTRATANTE o laudo das análises, feitas em laboratório acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e pela Anvisa. Devem ser guardados sob refrigeração até 4°C, os alimentos que foram distribuídos sob refrigeração ou alimentos líquidos e congelamento até -18°C, os alimentos que foram distribuídos quentes.

2.16.9. A empresa vencedora deverá estar dotada de condições totais para a produção das refeições e marmitex, com transporte adequado em "hot box" e veículo próprio para o transporte de alimentos, em quantidade suficiente, seguindo a legislação vigente.

2.16.10. A contratada deverá entregar uma amostra da marmitex (não computada no quantitativo total a ser distribuída diariamente), na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, localizada na Rua Rio Branco, nº 808, CEP 09310-110 – Centro, Mauá – SP.

2.16.11. Todos os itens e produtos devem ser de boa qualidade, obedecendo aos padrões de domínio público e suas características sensoriais.

2.16.12. Os produtos devem ser obtidos, processados, embalados, armazenados, transportados e conservados em condições que não produzam, desenvolvam e ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Deve ser obedecida a legislação vigente de Boas Práticas de Fabricação (Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997 ou atualizações posteriores), a Portaria CVS nº 5, 09/04/2013 que aprova o regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação, e o roteiro de inspeção e todas as legislações vigentes.

2.16.13. Todos os produtos deverão atender aos regulamentos relacionados às embalagens, que incluem as embalagens e materiais que entram em contato direto com alimentos e são destinados a contê-los, desde a sua fabricação até a sua entrega ao consumidor, com a finalidade de protegê-los de agente externos, de alterações e de contaminações, assim como de adulterações. Incluem ainda os equipamentos para alimentos utilizados durante a elaboração, fracionamento, armazenamento, comercialização e consumo de alimentos. Estão incluídos nesta definição: recipientes, máquinas, correias transportadoras, tubulações, acessórios, válvulas, utensílios e similares. Incluem a Resolução RDC nº 91, de 11 de maio de 2001, Portaria nº 177, de 04 de março de 1999 e resoluções complementares, Resolução RDC nº 20, de 22 de março de 2007, e outras quando aplicáveis.

2.16.13.1. Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.

2.16.14. Os produtos devem atender aos Regulamentos Técnicos específicos de Aditivos Alimentares e Coadjuvantes de Tecnologia de Fabricação; Contaminantes; Características Macroscópicas, Microscópicas e Microbiológicas; Rotulagem de Alimentos Embalados; Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados; Informação Nutricional Complementar, quando houver; e outras legislações pertinentes.

2.16.15. Características microscópicas: ausência de sujidades, parasitos e larvas.

2.16.16. Características microbiológicas: de acordo com a legislação vigente (regulamentos técnicos). Isento de fermentação e mofo. Deverão ser efetuadas determinações de micro-organismos e/ou de substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se torna necessária a obtenção de dados sobre o estado higiênico-sanitário dessa classe de alimentos, ou quando ocorrerem toxi-infecções alimentares.

2.16.17. A critério da Divisão de Alimentação Popular e do Servidor serão solicitadas visitas a empresa vencedora do certame, com a finalidade de avaliar as condições de produção e/ou armazenamento e distribuição do alimento em questão. Caso a empresa contratada não atenda as exigências preconizadas na Portaria CVS nº5, 09/04/2013, esta deverá proceder às adequações necessárias para realizar o objeto desta licitação. As despesas provenientes deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA.

2.16.18. Conforme o Decreto nº 9.028 de 26 de maio de 2022, fica fixado o valor de R\$1,00 (um real) o valor da refeição para o município e a diferença será subsidiada pela Prefeitura do Município de Mauá.

2.16.19. Caberá à CONTRATADA adquirir gêneros alimentícios, bem como materiais descartáveis e de limpeza, que atendam às necessidades do CONTRATANTE.

2.16.20. Para a aquisição de gêneros alimentícios, principalmente as FLVs (frutas, legumes e verduras), sugerimos que parte da aquisição seja adquirida da Agricultura familiar.

2.16.21. A CONTRATANTE fiscalizará a execução do objeto deste Contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentalmente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos e notificar à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato.

2.17. DO CONTROLE DO NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS:

2.17.1. A CONTRATADA receberá o valor de R\$ 1,00 (um real), por refeição dos consumidores, de acordo com Decreto vigente, onde este valor será contabilizado para a empresa, e o restante será subsidiado pela Prefeitura do Município de Mauá.

2.17.2. O controle do número de refeições vendidas no Restaurante Popular Central, será medido por meio de planilha de controle diário, realizado pela responsável da CONTRATADA e fiscal da CONTRATANTE, bem como dos dados de fechamento da catraca, que deverão ser encaminhadas à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. No último dia do mês ocorrerá o fechamento e medição dos serviços prestados onde será considerado, para fins de quitação, o número de refeições/marmitex efetivamente servidos.

3. DETALHAMENTO – ITEM 2

3.1. Visa esta licitação a Contratação de empresa especializada no preparo, fornecimento, transporte e distribuição de em **média 20.000 refeições mensalmente**, as refeições distribuídas deverão estar acondicionadas em embalagens apropriadas (marmitex em alumínio), em hot box-caixa térmica para marmitex e veículo adequado para o transporte dessas refeições e serão distribuídas diariamente entre 4 ou mais pontos de entrega, indicados pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Mauá, podendo ser alterados, acrescidos ou diminuídos, de acordo com o interesse da Administração Pública.

3.2. O licitante deverá apresentar, junto à proposta de preços, o Atestado de Visita Técnica fornecido pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional que será o comprovante de que o licitante visitou e tomou conhecimento dos locais de prestação do serviço, entrega e condições em que os serviços serão executados. A visita técnica nos locais de fornecimento deverá ser feita por Nutricionista devidamente credenciado pela proponente, por escrito, e poderá ser agendada na Divisão Administrativa e Financeira, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, com Juliana ou Kelly por meio dos telefones: 4519-8730 ou 4512-7777, até um dia antes da data do certame licitatório. Poderá o atestado ser substituído por uma declaração de conhecimento dos locais da prestação de serviço e entrega, assinado pelo profissional credenciado e protocolada na ocasião do credenciamento dele.



3.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

3.3.1. Caso as licitantes optem por fazer visita técnica para que tenham conhecimento das condições dos locais onde serão prestados os serviços, poderão fazer o agendamento na Divisão Administrativa e Financeira, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, com Juliana ou Kelly por meio dos telefones: 4519-8730 ou 4512-7777, até um dia antes da data do certame licitatório. No dia da vistoria deverá ser apresentado credenciamento contendo nome e RG do representante da empresa que a fará, por escrito.

3.3.2. A licitante deverá declarar que se compromete, caso vencedora, sob as penas da Lei, a apresentar, **em até 72 horas após a sessão**, as seguintes exigências:

3.3.2.1. Certificado de Vistoria e/ou Alvará de Licença Sanitária da Cozinha Industrial da sede da licitante emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente e uma declaração onde conste o endereço completo da cozinha que atenderá o objeto do contrato. Esta cozinha não deverá ultrapassar o limite de 50 (cinquenta) km dos pontos de entrega. A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional poderá promover vistorias antes do início do contrato e durante a sua vigência.

3.3.2.2. Comprovante de Registro da Empresa junto ao Conselho Regional de Nutrição (CRN) com atividade específica de cozinha industrial e do profissional devidamente inscrito no Conselho Regional de Nutrição que preencha os requisitos, Certidão de Registro e Quitação no CRN-3 e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, segundo os termos do art. 15, parágrafo único, da lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978.

3.3.2.3. Veículos adequados e necessários para atender a logística de distribuição entre os pontos de entrega, de acordo com a solicitação da CONTRATANTE, que atendam às especificações técnicas da CVS 15 de 07/11/1991, sendo que os veículos deverão possuir certificados de vistoria emitidos pela Vigilância Sanitária. Os veículos devem ser etiquetados, de acordo com a padronização e solicitação da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional e da Coordenadoria de Comunicação Social, além de atender todos os requisitos definidos em legislação sanitária local, os alimentos devem ser transportados em temperatura adequada e monitorados na recepção. Caso sejam transportados de forma inadequada não serão recebidos nos pontos de distribuição, devendo a empresa providenciar imediata substituição das refeições de modo a não comprometer o seu fornecimento aos municípios. Os colaboradores envolvidos no transporte das preparações deverão apresentar-se devidamente uniformizados, paramentados e asseados.

3.3.2.4. Declaração que atende às exigências de preparo, transporte e entrega de alimentos que não exceda a 06 (seis) horas, com a manutenção do produto acima de 60 °C ou que não exceda 1 (uma) hora com a manutenção do produto abaixo de 60° C para os alimentos quentes, para os alimentos frios até 10 °C com tempo de exposição de 4 (quatro) horas ou entre 10 °C e 21 °C até 2 (duas) horas de exposição, conforme Resolução RDC n.º 216/2004 da ANVISA e Portaria CVS nº 5/2013, modelo de declaração indicado em Anexo I – D.

3.3.2.5. Declaração assinada pelo representante legal da empresa contendo a relação das instalações e do aparelhamento técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da presente licitação, acompanhada de declaração formal de sua disponibilidade, conforme as condições previstas na Resolução RDC N.º 216/2004 da ANVISA, sob as penas cabíveis.

3.3.2.6. Declaração assinada pelo representante legal da empresa contendo a relação da equipe técnica, operacional e administrativa da licitante, com a qualificação e quantificação das funções compatíveis com o objeto, acompanhada de declaração formal de sua disponibilidade, sob as penas cabíveis.

3.3.2.7. Declaração assinada pelo representante legal da empresa em que se obriga a manter durante a toda execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas, nos aspectos jurídicos e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando das respectivas habilitações, sob pena das sanções cabíveis, bem como que conhece na íntegra e concorda com o presente edital, e se submete as condições deste e da legislação pertinente em vigor.

3.3.2.8. Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do participante, relativo à execução de serviço de alimentação, compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação. O atestado de no mínimo 50% das quantidades solicitadas neste item.

3.3.2.9. Comprovar que possui, nutricionista responsável técnico, conforme os termos do art. 2º da Resolução CFN nº 419/2008, por execução de serviços de características semelhantes.

3.3.3. Será declarado vencedor quem, entre os licitantes previamente habilitados, OFERECER O MENOR PREÇO, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no Edital, sendo que à empresa vencedora do certame licitatório será paga de acordo com o número de marmitex servidas.

3.3.4. Contratação com validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração de acordo com o artigo 57 da Lei 8.666/93.

3.3.5. Os preços não sofrerão reajustes pelo período de 12 (doze) meses, conforme legislação federal em vigor, tendo como base de reajuste o índice IPCA, ou outro índice equivalente e pertinente ao teor do contrato.

3.3.6. Os locais onde serão atendidos o Restaurante Popular Móvel serão identificados pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, serão pontos a título gratuito durante a vigência do contrato.

3.3.7. A empresa deverá arcar com todos os ônus resultantes da exploração da atividade (água, energia elétrica, mão de obra, manutenção estrutural, segurança, material de limpeza, equipamentos permanentes e utensílios descartáveis).

3.3.8. Responsabilizar-se pelas aprovações e licenças junto aos Órgãos Públicos, quando aplicável, bem como, por qualquer multa decorrente da não observância das legislações vigentes.

3.3.9. As despesas com a instalação de tendas, mesas e veículos etiquetados e adequados para o transporte das marmitex, serão arcadas pela empresa, inclusive dispositivo com álcool 70% para as mãos, bem como toda a estrutura necessária à distribuição das marmitex, com todos os itens descartáveis necessários, além dos equipamentos já citados (mesas, tendas e veículos), utensílios e quantitativo adequado de funcionários.

3.3.9.1. Fornecer à equipe técnica da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, no início do contrato, para efeito de controle interno, a relação dos funcionários que comporão a equipe de trabalho, bem como qualquer alteração que porventura ocorra.

3.3.10. A CONTRATADA é obrigada a zelar pela conservação, boa aparência e higiene dos equipamentos e funcionários, mantendo em perfeito estado de asseio e limpeza os veículos, mesas, tendas e utensílios utilizados no serviço, diariamente no início e ao final do serviço, empregando-se produtos químicos apropriados para os diversos manuseios: a base de hipoclorito, produtos alcalinos, desengordurantes, entre outros, dentro dos padrões exigidos pela fiscalização sanitária e ANVISA; bem como se responsabilizar pelo manejo e transporte de todo o resíduo sólido, reciclável e orgânico gerado na distribuição, garantindo a remoção dos resíduos sólidos, recicláveis e orgânicos e dando-lhe a destinação adequada.

3.3.11. Todos os funcionários da contratada deverão estar uniformizados, portando crachás de identificação e portando os equipamentos exigidos pelo Ministério da Saúde.

3.3.11.1. Apresentar os exames médicos previstos dos funcionários admitidos; em conformidade com a Portaria CVS 5, de 09 de abril de 2013 – Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e demais legislações vigentes.

3.3.12. Na distribuição das refeições servidas nos pontos de entrega, os funcionários da empresa deverão usar além do uniforme da empresa, os EPIs adequados, luvas descartáveis, rede ou touca para proteção dos cabelos e seguir todas as recomendações da



Portaria CVS 5/2013 – regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação, e devem utilizar a máscara de proteção nasobucal, de acordo com a legislação vigente. Os funcionários devem receber treinamento para realizar o correto porcionamento dos alimentos nas marmitex, de acordo com a gramagem de cada item, estipulada nesse termo e treinamento de boas práticas de fabricação, incluindo as condições sanitárias para higiene pessoal, do alimento distribuído, de superfícies e com o ambiente.

3.3.12.1. A CONTRATADA deverá promover capacitação da equipe operacional, administrativa e técnica no início da realização da prestação dos serviços e toda vez que houver substituição ou nova contratação de funcionários, abordando no mínimo os seguintes temas: contaminantes alimentares; doenças transmissíveis por alimentos (DTA); boas práticas de manipulação de alimentos; higiene pessoal e ambiental; técnicas culinárias; manuseio de equipamentos; prevenção de acidentes de trabalho; combate a incêndio; relacionamento interpessoal; atendimento e acolhimento ao usuário; e qualidade de vida do trabalhador, bem como apresentar cronograma para as demais capacitações ao longo da prestação dos serviços.

3.3.13. Durante toda a distribuição, deverá haver um funcionário da CONTRATADA para o recebimento do valor do município, o valor é estipulado pelo Decreto Nº 9.028 DE 26/05/2022, que fixa o valor da refeição servida no Restaurante Popular do Município de Mauá em R\$ 1,00 (um real).

3.3.14. A empresa deverá afixar o cardápio semanal do almoço para que os municípios tomem conhecimento.

3.3.15. Durante o horário de funcionamento de distribuição de marmitex nos pontos, deverá haver um (a) nutricionista disponível, com poderes para tomar deliberação e ou atender a qualquer solicitação da Fiscalização, quanto a tudo que se relacione à boa execução dos serviços contratados.

3.3.16. O horário de atendimento do Restaurante Popular Móvel será das 11:00 até encerrarem todas as marmitex, de acordo com a cota diária, de segunda a sexta-feira, podendo atender nos feriados e pontos facultativos, conforme determinação da CONTRATANTE.

3.3.17. A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional só autorizará o início de funcionamento após apresentação da licença de funcionamento da vigilância sanitária, a apresentação do seguro solicitado e os certificados de vistoria dos veículos.

3.3.18. Todos os produtos utilizados deverão possuir identificação da sua origem e possuir os registros necessários a sua comercialização.

3.3.19. A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional determinará a retirada dos alimentos que não atenderem ao item anterior, não forem de boa qualidade, não apresentarem boa aparência, não for considerado próprio ao consumo e que apresentarem baixa aceitação por parte dos consumidores.

3.3.20. A CONTRATADA deverá apresentar sugestões de cardápios elaborados por nutricionista para aprovação, desde que respeitado os quantitativos e incidência dos componentes, com 30 (trinta) dias de antecedência. Os cardápios serão vistoriados e aprovados por profissional competente na Divisão de Alimentação Popular e do Servidor, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, podendo sofrer alterações a seu pedido.

3.3.21. A CONTRATADA deverá fornecer refeições especiais de acordo com o cardápio preestabelecido em datas comemorativas ou sazonais tais como: São João, Natal, Páscoa, Ano Novo, entre outras. Os cardápios especiais deverão ser compostos de produtos habitualmente consumidos nas respectivas datas comemorativas e/ou sazonalidade e serão apresentados e validados pela equipe técnica da CONTRATANTE.

3.3.22. Os cardápios somente poderão ser alterados, desde que respeitado os quantitativos e incidência dos componentes, com autorização e aprovação dos responsáveis técnicos da Divisão de Alimentação Popular e do Servidor da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, devendo a CONTRATADA solicitar alterações, devidamente justificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias à 3 (três) dias da sua execução.

3.3.23. O preparo, fornecimento e distribuição das refeições iniciar-se-á após a assinatura do contrato e a emissão da ordem de serviço, expedida pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

3.3.24. A empresa deverá promover exposições de Educação Alimentar e Nutricional nos pontos de entrega, na Semana Municipal da Alimentação e/ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

3.3.25. Todas as preparações do cardápio deverão ser cuidadosamente porcionadas, mantendo as qualidades sensoriais dos alimentos servidos, nos recipientes descartáveis: marmitex em alumínio para a refeição, potes de plástico transparente com tampa para a salada e para a sobremesa, bem vedados para manter o alimento seguro no deslocamento, com monitoramento de tempo e temperatura, além do fornecimento de talheres descartáveis para a refeição e guardanapos, armazenados dentro de saco transparente.

3.3.26. Os equipamentos necessários à exposição e à distribuição de alimentos preparados sob temperaturas controladas devem ser devidamente dimensionados e estar em bom estado de higiene, conservação e funcionamento, devendo a temperatura dos alimentos mantidos nesses equipamentos ser monitorada.

3.3.27. Os alimentos preparados devem ser transportados em veículos limpos, dotados de cobertura para proteção da carga, não devendo transportar outras cargas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária do alimento preparado. As embalagens de alimentos prontos para o consumo não devem ser transportados em contato direto com o piso do compartimento de carga, para evitar danos ou contaminação, devendo estar separados e protegidos sobre prateleiras ou paletes. Devem possuir identificação, data e hora de preparo, além da temperatura ideal de conservação e validade.

3.3.28. As embalagens das marmitex, sobremesas e afins deverão conter a informação de data de fabricação, validade dos mesmos e todas as informações que a CONTRATANTE julgar necessário.

3.3.29. A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações referentes ao alimento servido, que a CONTRATANTE, julgar necessário.

3.3.30. O controle de pragas e vetores urbanos deverá ser feito através de medida preventiva. Em caso de indícios ou presença de pragas e vetores nas dependências da Central de Produção de Alimentos e do Veículo de Transporte de Alimentos, a CONTRATADA deverá proceder imediatamente ao tratamento químico necessário como medida corretiva, para impedir o acesso, abrigo e proliferação de pragas urbanas nas instalações, devendo apresentar certificado de dedetização, seguindo as legislações vigentes.

3.3.31. A CONTRATADA deve realizar a análise microbiológicas mensais das preparações de um dia de cardápio, incluindo a bebida, das mãos de dois funcionários e de dois utensílios e enviar os resultados para a Divisão Administrativa e Financeira, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

3.3.32. A empresa deverá obedecer às exigências do artigo 31 da Lei 8.078 de 11/09/90, a saber: "A oferta e apresentação dos produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidades, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores."

3.3.33. A empresa vencedora deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, uma apólice de seguro de 5% para garantia de bens e pessoas, com cobertura que compreenda os riscos físicos e materiais que possam apresentar a alimentação servida no Restaurante Popular Móvel. A CONTRATADA será responsável pela qualidade dos alimentos fornecidos perante autoridades sanitárias, incorrendo em responsabilidade civil e criminal pelo uso e fornecimento de alimentos impróprios para consumo



3.3.34. A CONTRATADA deve responsabilizar-se por todo o ônus de natureza trabalhista e previdenciária dos funcionários envolvidos na prestação do serviço. Segurar seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, cujo certificado, devidamente expedido pelo INSS, conforme preceitua a Lei, deverá ser apresentado à fiscalização, quando da assinatura do contrato.

3.3.35. A CONTRATADA deve respeitar e fazer respeitar as Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo ao seu pessoal os meios apropriados e necessários para sua segurança pessoal, atender a todos os encargos e despesas decorrentes da alimentação de seus empregados.

3.3.36. A CONTRATADA deve responsabilizar-se por qualquer acidente que venha vitimar seus empregados ou terceiros quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do contrato de prestação de serviços, sendo que a sua inadimplência com referência a estes encargos não transfere à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá as responsabilidades de seu pagamento nem onera o objeto deste contrato.

3.3.37. A CONTRATADA deve responsabilizar-se a fornecer tantos empregados quantos necessários ao perfeito atendimento do presente contrato, bem como pela alimentação, transporte, atendimento médico, indenizações, ou qualquer outro benefício seja de que natureza for, ficando tais encargos por conta da CONTRATADA, de acordo com a legislação em vigor.

3.3.38. A CONTRATADA deve diligenciar para que seus empregados tratem com cordialidade o usuário dos pontos de entrega, visitantes e fiscais, podendo a CONTRATANTE exigir a retirada daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente e/ou desrespeitosa.

3.3.39. A CONTRATADA deve elaborar e apresentar à Contratante o Manual de Boas Práticas – MBP e os Procedimentos Operacionais Padronizados – POP adotados na Central de Produção de Alimentos, no Veículo de Transporte de Alimentos e nos pontos de distribuição.

3.3.40. A CONTRATANTE notificará a empresa, por escrito, sobre defeitos, irregularidades ou falhas constatadas na execução dos serviços fixando prazos para as devidas correções.

3.3.41. A CONTRATANTE realizará vistoria no início e ao final do contrato, para verificação das condições dos equipamentos, veículos, tendas, mesas e afins, podendo exigir da empresa a reposição imediata do que estiver danificado, destruído, extraviado ou desgastado pelo uso.

3.3.42. A CONTRATANTE pagará as marmitex solicitadas e contabilizadas pela CONTRATANTE.

3.3.43. As multas e eventuais descontos serão aplicados em razão das ocorrências verificadas pela Fiscalização, conforme Termo de Referência, diretamente como glosa no faturamento mensal.

3.3.44. Haverá um funcionário da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional diariamente que executará fiscalização nos pontos de entrega. Disponibilizar uma amostra diária da refeição na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (não computada no quantitativo total a ser distribuída diariamente) para a fiscalização avaliar características sensoriais relacionadas à qualidade: aparência, aroma, textura, sabor e quantidade em conformidade às especificações deste Termo de Referência.

3.3.45. A inexistência de citações explícitas de normas técnicas e regulamentadoras de serviços de alimentação, objeto deste termo de referência, não desobriga a CONTRATADA de adotá-las, nem impedirá penalidades, multas ou glosas decorrentes do não atendimento ou violação de normas técnicas e legais vigentes e emanadas de órgãos oficiais distritais ou federais.

3.3.46. As refeições em desconformidade com o cardápio definido não serão consideradas para fins de pagamento, e as glosas serão realizadas nas proporções do quadro abaixo descrito.

3.3.47. As marmitex deverão ser devidamente acondicionadas em equipamentos térmicos com capacidade adequada à quantidade de marmitex servidas e que mantenham a temperatura preconizada pela legislação vigente.

3.3.48. As preparações frias (saladas, frutas, sobremesas e sucos) deverão ser devidamente acondicionadas com capacidade adequada à quantidade de preparações e que mantenham a temperatura preconizada pela legislação vigente.

3.4. Quadro 1: Percentual de Glosa a ser aplicado por tipo de refeição.

REQUISITO	PERCENTUAL DE GLOSA
Cardápio divergente do contratado para o dia ou alteração de cardápio sem prévia autorização	20%
Alimentos armazenados inadequadamente ou na gramagem inferior ao previsto	50%
Refeição não contemplando todos os itens previstos	50%
A refeição não estar no local e/ou horário estipulado sem aviso prévio	50%
Transporte das refeições em desconformidade com a legislação sanitária local	50%
Temperatura do alimento inadequada	100%

ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS ITENS DA REFEIÇÃO:

3.5. ARROZ BENEFICIADO POLIDO

3.5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

3.5.1.1. Classificação: grupo: beneficiado; subgrupo: polido; classe: longo fino (agulhinha); Tipo 1.

3.5.1.1.1. Deverá ser da safra corrente, apresentar-se em bom estado de conservação isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas à saúde, bem como de insetos, parasitos e outros agentes ou infestações.

3.5.1.2. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: branco; sabor: próprio; textura: macio e solto; odor/aroma: próprio.

3.6. FEIJÃO CARIOCA TIPO 1

3.6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

3.6.1.1. Composição: Feijão – Grupo I: Feijão Comum, quando proveniente da espécie *Phaseolus vulgaris* L.; Classe: cores (produto que contém, no mínimo, 97% (noventa e sete por cento) de grãos da classe cores, admitindo-se até 10% (dez por cento) de outras cultivares da classe cores, que apresentem contraste na cor ou no tamanho); Tipo: 1 (nível máximo de tolerância de defeitos).

3.6.1.1.1. O feijão deverá ser de safra corrente, apresentar-se em bom estado de conservação isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas à saúde, bem como de insetos, parasitos e outros agentes ou infestações.

3.6.1.2. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: marrom claro; sabor: próprio; textura: macio; odor/aroma: próprio.



3.7. MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS

3.7.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

3.7.1.1. Composição: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais urucum e cúrcuma.

3.7.1.1.1. Serão permitidos apenas os corantes naturais, excluindo os artificiais.

3.7.1.2. Características sensoriais após preparo: formatos: diversos (espaguete, ninho, penne, parafuso); aparência/cor: amarelo creme; sabor: próprio; textura: firme e macio; odor/aroma: próprio.

3.8. CARNE BOVINA

3.8.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

3.8.1.1. Composição: acém bovino, patinho, músculo, coxão mole, coxão duro, cupim, contrafilé, alcatra, fígado bovino, limpo (isento de tecido conjuntivo de revestimento), sem osso.

3.8.1.2. A carne de bovino, quando em pedaços ou moída, deve conter no máximo 5% de gordura, ser isenta de cartilagem, de ossos e conter no máximo 3% de aponevroses.

3.8.1.3. Características sensoriais após preparo: aparência/cor marrom; sabor: próprio; textura: macia e suculenta; odor/aroma: próprio.

3.8.1.4. As carnes bovinas deverão ser apresentadas dentro da gramagem estabelecida, livres de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes capazes ou não de mascarar ou encobrir possíveis alterações.

3.9. CARNE DE AVES

3.9.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

3.9.1.1. Composição: coxa e sobrecoxa de frango, coxinha da asa, tulipa de frango, peito de frango sem pele, sem osso e limpa.

3.9.1.2. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: marrom pálido; sabor: próprio; textura: macia e suculenta; odor/aroma: próprio.

3.9.1.3. As aves deverão ser apresentadas dentro da gramagem estabelecida, livres de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes capazes ou não de mascarar ou encobrir possíveis alterações.

3.10. CARNE SUÍNA

3.10.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

3.10.1.1. Composição: lombo, bisteca, costelinha, pernil limpo.

3.10.1.2. A carne suína, quando em pedaços deve conter no máximo 5% de gordura, ser isenta de cartilagem, de ossos e conter no máximo 3% de aponevroses.

3.10.1.3. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: marrom claro; sabor: próprio; textura: macia e suculenta; odor/aroma: próprio.

3.10.1.4. As carnes suínas deverão ser apresentadas dentro da gramagem estabelecida, livres de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes capazes ou não de mascarar ou encobrir possíveis alterações.

3.11. PEIXES

3.11.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

3.11.1.1. Composição: filé de merluza, tilápia, polaca, pescada sem espinhas; postas de robalo, tainha, cação sem espinhas.

3.11.1.2. Características sensoriais após preparo: aparência/cor: branca; sabor: próprio e suave; textura: macia e firme; odor/aroma: próprio.

3.11.1.3. Os pescados deverão ser apresentados dentro da gramagem estabelecida, livres de substâncias químicas e quaisquer outros contaminantes capazes ou não de mascarar ou encobrir possíveis alterações do pescado.

3.12. FRUTAS

3.12.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

3.12.1.1. Compreenderá as seguintes frutas: abacaxi, ameixa, banana-nanica ou prata, maçã gala ou fuji, caqui fuyu ou giombo, carambola, laranja, tangerina poncã ou murcot, pêra danjou ou williams, goiaba vermelha, kiwi, manga, melancia, melão, pêssego e uva.

3.12.1.2. As frutas devem estar de acordo com as normas do "Programa Brasileiro para a melhoria dos padrões Comerciais e Embalagens de Hortigranjeiros" – CEAGESP/SP, HORTI ESCOLHA – Centro de Qualidade Hortigranjeiros CEAGESP/SP, boletins EMBRAPA e com a legislação vigente ANVISA/MS.

3.12.1.3. Classificação: as frutas, de acordo com as suas características, serão classificadas em Extra, constituída por fruta de elevada qualidade, devem estar bem desenvolvidas e maduras, que apresentam tamanho, cor e conformação uniformes; obedecer as classificações em Boletim Informativo do CEAGESP e programa Hortiescolha (Centro de Qualidade em Horticultura da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP), inclusive para padrão mínimo de qualidade, sem defeitos (polpa ou casca), enfermidades, manchas, escurecimentos, fermentos ou podridão.

3.12.1.4. As frutas próprias para o consumo devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e são, e satisfazerem as seguintes condições:

- serem frescas;
- terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades;
- apresentarem grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.
- serem colhidas cuidadosamente e não estarem golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetem a sua aparência; a polpa e o pedúnculo, quando os houver, devem se apresentar intactos e firme;
- não conterem substâncias terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca;
- estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos;
- estarem livres de resíduos de fertilizantes;
- ausência de sujidades, parasitos e larvas.

3.12.1.5. As frutas servidas inteiras deverão conter de 80 (oitenta) a 120 (cento e vinte) gramas, por unidade. As frutas servidas em fatias como: melão, melancia, manga e abacaxi deverão conter de 100 (cem) a 120 (cento e vinte) gramas.

3.12.1.6. Todas as frutas deverão vir já higienizadas (Portaria CVS nº 5, 09/04/2013).

3.12.1.7. As frutas deverão vir embaladas individualmente, prontas para o consumo. Cada fruta deverá vir embalada em filme de PVC estável ou saco plástico, atóxico, inodoro, transparente e resistente. As frutas servidas picadas como salada de frutas deverão ser acondicionadas em potes descartáveis com tampas de plástico atóxico, inodoro, transparente e resistente com capacidade de 100 ml.



3.13. HORTALIÇAS E TUBÉRCULOS

3.13.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PRODUTOS

3.13.1.1. Compreenderá todas hortaliças: verduras, legumes e tubérculos.

3.13.1.2. Características gerais: as hortaliças e tubérculos deverão estar aptos para o consumo devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e sãos, e satisfizerem as seguintes condições: serem frescas e sãs; de evolução completo do tamanho, aroma, e cor próprias da espécie e variedade; estarem livres de enfermidades, insetos e larvas; não estarem danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência; estarem livres das folhas de terra; ausência de sujidades, terra; estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos, estarem livres de resíduos de fertilizantes.

3.13.1.3. Classificação: as hortaliças e tubérculos, de acordo com as suas características, são classificadas em Extra, quando constituída por produto de elevada qualidade, devem estar bem desenvolvidas e maduras, que apresentam tamanho, cor e conformação uniformes; obedecer as classificações em Boletim Informativo do CEAGESP e programa Hortiescolha (Centro de Qualidade em Horticultura da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP), inclusive para padrão mínimo de qualidade, sem defeitos (polpa ou casca), enfermidades, manchas, ferimentos ou podridão.

3.13.1.4. Demais determinações de padrão de qualidade e classificação devem seguir os Boletins CEAGESP e programa Hortiescolha (Centro de Qualidade em Horticultura da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP), ou na legislação vigente da ANVISA, Instruções normativas de Regulamentos técnicos de identidade e qualidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais normas do Programa Brasileiro para Modernização da Agricultura.

3.13.1.5. As hortaliças que forem consumidas cruas, ou seja, sem passar por cocção, deverão ser higienizadas (Portaria CVS nº5, 09/04/2013).

3.14. NÉCTAR DE FRUTAS (SABORES DIVERSOS)

3.14.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO

3.14.1.1. Néctar é a bebida não fermentada, obtida da dissolução, em água potável, da parte comestível da fruta e açúcares, destinado ao consumo direto, podendo ser adicionada de ácidos. Sabores: caju, goiaba, laranja, maracujá, pêssego, uva, entre outros sabores.

3.14.1.2. Composição: água, suco concentrado de fruta e/ou polpa de fruta (sabores diversos: caju, goiaba, laranja, maracujá, pêssego, uva, entre outros), açúcar e acidulante. Poderá conter: ácido ascórbico (vitamina C), estabilizante e aroma natural. Não contém glúten. Obs.: Poderá conter outros ingredientes, desde que citados e aprovados pela Divisão de Alimentação Popular e do Servidor, e sem prejuízo das demais características do produto.

3.14.1.3. Características organolépticas: aspecto: próprio, de acordo com a fruta; cor: própria, de acordo com a fruta; cheiro: próprio; sabor: característico da fruta.

3.14.1.4. O produto deverá estar acondicionado em embalagem tetra pak (tetrabrik aseptic) mínimo 6 camadas, estéreis, adequados ao contato direto com alimentos, hermeticamente fechados, devendo conter 200ml cada, com 01 canudo ou serem servidos em copos descartáveis, contendo 200 ml.

3.15. COMPOSIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DAS MARMITEX:

3.15.1. Composição da refeição/marmitex: arroz, feijão, prato principal, guarnição, saladas, sobremesa, pão francês/leite e suco, deverá seguir o modelo de cardápio e as gramagens para cada item estabelecidas nesse Termo de Referência (ANEXO I – B). A contratada obedecerá as seguintes incidência dos itens para as refeições, servidas em marmitex:

3.15.1.1. Arroz e feijão: servidos diariamente;

3.15.1.2. Prato principal/proteico: diariamente, sendo os bovinos os de maior incidência 2 a 3 vezes por semana;

3.15.1.2.1. Pescados: 1 a 2 vezes por mês;

3.15.1.2.2. Suínos: 1 a 3 vezes por mês;

3.15.1.2.3. Aves: 1 a 2 vezes por semana;

3.15.1.2.4. Feijoadas: 2 a 3 vezes por mês;

3.15.1.2.5. Vísceras (fígado ou dobradinha): 1 vez a cada 2 meses;

3.15.1.3. Guarnições: diariamente, sendo farofa 3 a 4 vezes ao mês.

3.15.1.3.1. A predominância deverá ser de verduras e legumes: 2 a 3 vezes por semana;

3.15.1.3.2. Massas: 3 a 4 vezes ao mês;

3.15.1.4. Salada: diariamente, sendo verduras e legumes variados;

3.15.1.5. Sobremesa, diariamente;

3.15.1.5.1. Frutas: 2 a 3 vezes por semana;

3.15.1.5.2. Doces: 1 a 2 vezes na semana;

3.15.1.6. Suco de Frutas: diariamente, sabores variados (néctar de frutas, suco concentrado ou polpa de suco: seguindo as recomendações de diluição do fabricante);

3.15.1.7. Diariamente servir pão francês/pão de leite de 25 gramas (vinte e cinco), acondicionados em embalagem de saco plástico transparente em tamanho apropriado, hermeticamente fechado e identificado com tipo e prazo de validade.

3.15.1.8. As marmitex entregues nos pontos de entrega deverão ser distribuídas em saco plástico resistente, branco, atóxico, inodoro, resistente e com o logotipo do Restaurante Popular Móvel impresso, conforme determinação da CONTRATANTE.

3.15.2. É vedada a adição de aditivos químicos com o intuito de acentuar a coloração de qualquer preparação, bem como a utilização de temperos completos, em tabletes, pó ou pasta, bem como amaciantes de carne de origem industrial no preparo das refeições, devido à grande quantidade de sódio presente nesses compostos, podendo ser usados nas preparações os condimentos e temperos naturais;

3.15.3. A CONTRATADA deverá aferir e registrar em formulário próprio as temperaturas dos equipamentos de conservação, das preparações ou dos alimentos durante todo o processo de distribuição, observando-se os parâmetros previstos na legislação.

3.16. REQUISITOS GERAIS DE TODOS OS ALIMENTOS DO ITEM 2 (DE 3.5. A 3.15.) E CONSIDERAÇÕES FINAIS:

3.16.1. O prato principal deverá ser constituído de carne bovina, suína, aves, ovos ou pescado.

3.16.2. A guarnição fornecida em combinação com o prato principal será constituída de massa, purês, farofa, legumes ou verduras cozidos, bolinhos, tortas, conforme a gramagem estipulada.

3.16.3. Não será aceito como guarnição, preparações à base de arroz enriquecido com legumes (do tipo arroz à grega, arroz à primavera, etc).

3.16.4. Arroz e feijão deverão no mínimo, uma vez por mês, ser enriquecidos com outros ingredientes.

3.16.5. Os talheres descartáveis para refeição deverão ser embalados em sacos plásticos apropriados e transparentes, com guardanapo de papel 24 cm x 24 cm e colher para sobremesa, quando necessário. Todos os utensílios deverão ser providenciados pela empresa contratada.

3.16.6. Todos os itens da refeição deverão respeitar a incidência e a gramagem *per capita* solicitadas nesse Termo de Referência.



3.16.7. As marmitex em alumínio deverão ser distribuídas contendo: 1 (uma) marmitex de alumínio para a refeição contendo arroz, feijão, prato principal e guarnição, 1 (um) pote transparente de plástico com tampa para as saladas, 1 sobremesa, 1 pão francês/pão de leite, 1 néctar de fruta de 200 ml acondicionado em embalagem tetra pak, contendo um canudo embalado individualmente, seguindo as gramagens estabelecidas nesse Termo de Referência (ANEXO I – B), talheres de plásticos para refeição embalado em sacos plásticos apropriados e transparentes, com guardanapo de papel 24 cm x 24 cm e colher para sobremesa, quando necessário. Todos os utensílios deverão ser providenciados pela empresa contratada.

3.16.8. A empresa CONTRATADA deverá recolher amostra de cada alimento servido em recipiente próprio, especificando o produto e a data, pelo período de 72 horas, conforme solicitação da legislação vigente, para eventuais análises bacteriológicas, toxicológicas e físico-químicas, a expensas da CONTRATADA, que deverá apresentar à CONTRATANTE o laudo das análises, feitas em laboratório acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e pela Anvisa.

3.16.9. A empresa vencedora deverá estar dotada de condições totais para a produção das refeições, o transporte adequado das marmitex em hot box e veículo próprio para o transporte de alimentos, em quantidade suficiente, seguindo a legislação vigente.

3.16.10. A contratada deverá entregar uma amostra da marmitex (não computada no quantitativo total a ser distribuída diariamente), na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, localizada na Rua Rio Branco, nº 808, CEP 09310-110 – Centro, Mauá – SP.

3.16.11. Todos os itens e produtos devem ser de boa qualidade, obedecendo aos padrões de domínio público e suas características sensoriais.

3.16.12. Os produtos devem ser obtidos, processados, embalados, armazenados, transportados e conservados em condições que não produzam, desenvolvam e ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Deve ser obedecida a legislação vigente de Boas Práticas de Fabricação (Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997 ou atualizações posteriores), a Portaria CVS nº 5, 09/04/2013 que aprova o regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação, e o roteiro de inspeção e todas as legislações vigentes.

3.16.13. Todos os produtos deverão atender aos regulamentos relacionados aos embalagens, que incluem as embalagens e materiais que entram em contato direto com alimentos e são destinados a contê-los, desde a sua fabricação até a sua entrega ao consumidor, com a finalidade de protegê-los de agente externos, de alterações e de contaminações, assim como de adulterações. Incluem ainda os equipamentos para alimentos utilizados durante a elaboração, fracionamento, armazenamento, comercialização e consumo de alimentos. Estão incluídos nesta definição: recipientes, máquinas, correias transportadoras, tubulações, acessórios, válvulas, utensílios e similares. Incluem a Resolução RDC nº 91, de 11 de maio de 2001, Portaria nº 177, de 04 de março de 1999 e resoluções complementares, Resolução RDC nº 20, de 22 de março de 2007, e outras quando aplicáveis.

3.16.13.1. Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.

3.16.14. Os produtos devem atender aos Regulamentos Técnicos específicos de Aditivos Alimentares e Coadjuvantes de Tecnologia de Fabricação; Contaminantes; Características Macroscópicas, Microscópicas e Microbiológicas; Rotulagem de Alimentos Embalados; Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados; Informação Nutricional Complementar, quando houver; e outras legislações pertinentes.

3.16.15. Características microscópicas: ausência de sujidades, parasitos e larvas.

3.16.16. Características microbiológicas: de acordo com a legislação vigente (regulamentos técnicos). Isento de fermentação e mofo. Deverão ser efetuadas determinações de micro-organismos e/ou de substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se torna necessária a obtenção de dados sobre o estado higiênico-sanitário dessa classe de alimentos, ou quando ocorrerem toxi-infecções alimentares.

3.16.17. A critério da Divisão de Alimentação Popular e do Servidor serão solicitadas visitas a empresa vencedora do certame, com a finalidade de avaliar as condições de produção e/ou armazenamento e distribuição do alimento em questão. Caso a empresa contratada não atenda as exigências preconizadas na Portaria CVS nº5, 09/04/2013, esta deverá proceder às adequações necessárias para realizar o objeto desta licitação. As despesas provenientes deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA.

3.16.18. Conforme o Decreto nº 9.028 de 26 de maio de 2022, fica fixado o valor de R\$1,00 (um real) o valor da refeição para o município e a diferença será subsidiada pela Prefeitura do Município de Mauá.

3.16.19. Caberá à CONTRATADA adquirir gêneros alimentícios, bem como materiais descartáveis e de limpeza, que atendam às necessidades do CONTRATANTE.

3.16.20. Para a aquisição de gêneros alimentícios, principalmente as FLVs (frutas, legumes e verduras), sugerimos que parte da aquisição seja adquirida da Agricultura familiar.

3.16.21. A CONTRATANTE fiscalizará a execução do objeto deste Contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentalmente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos e notificar à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato.

3.17. DO CONTROLE DO NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS:

3.17.1. O controle do número de refeições vendidas nos pontos de entrega, será conferido por fiscal da CONTRATANTE, o município arcará com o valor de R\$1,00 (um real), de acordo com Decreto vigente e o restante será subsidiado pela Prefeitura do Município de Mauá.

3.17.2. O controle total de número de refeições nos pontos de entrega será feito pelo responsável da Divisão de Alimentação Popular e do Servidor, na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, que passará todos os pedidos dos pontos de entrega, um dia anterior para a empresa vencedora do certame.

3.18. DA ENTREGA DAS MARMITEX:

3.18.1. O responsável da Divisão de Alimentação Popular e do Servidor, na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, passará todos os pedidos dos pontos de entrega, dos locais descritos (ANEXO I – E), para a empresa vencedora do certame, até as 16h00 do dia anterior.

3.18.1.1. Caso no dia da entrega haja um número maior de pedido, o responsável da Divisão de Alimentação Popular e do Servidor, na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, poderá solicitar até as 09h30 do mesmo dia.

3.18.1.2. Os pontos de entrega de marmitex (ANEXO I – E), através de prévio acordo entre as partes, poderá ser acrescido, alterado ou suprimido, a fim de atender os interesses da Administração Pública.

4. OBSERVAÇÕES

4.1. Contrato de prestação de serviços, com duração de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração;

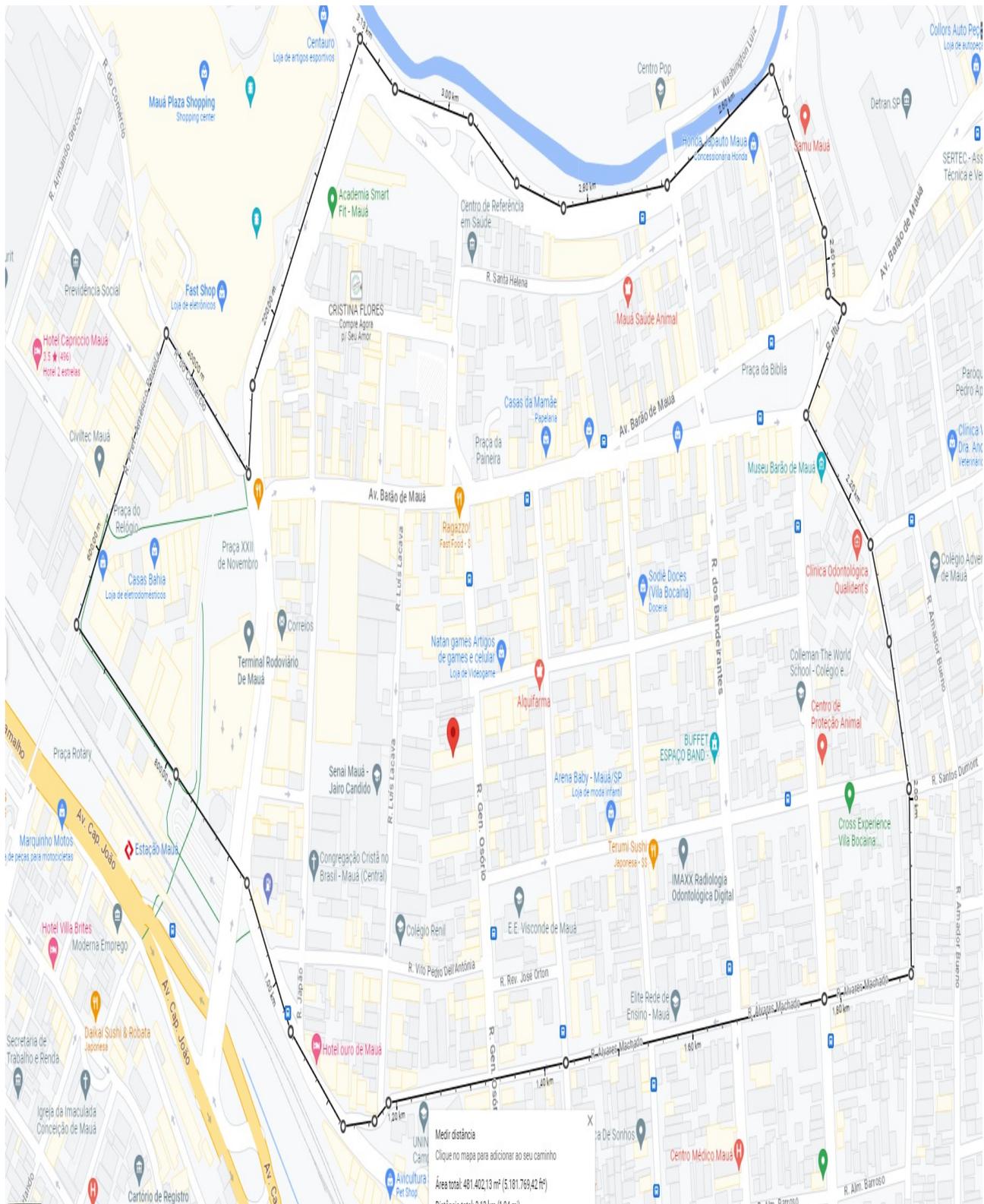
4.2. A empresa vencedora deverá enviar, no prazo máximo de 24 horas após o julgamento do certame, a proposta com a nova recomposição de preços com os valores iguais ou inferiores aos definidos na etapa de lances. Em caso dos valores serem inferiores, deverá a proposta vir acompanhada de “carta de desconto”.



- 4.3. A empresa vencedora deverá enviar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a documentação original, ou cópias autenticadas, referente à habilitação, caso a documentação anexada ao sistema não seja autenticada digitalmente.**
- 4.4. Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número da licitação, do empenho e do contrato, obrigatoriamente.

ANEXO I – A

PERÍMETRO PARA INSTALAÇÃO DO RESTAURANTE POPULAR CENTRAL





ANEXO I – B
MODELO DE CARDÁPIO E GRAMAGEM

Modelo de Cardápio					
Tipo: Refeição/ Marmitex					
1ª Semana					
	Salada	Prato Principal	Guarnição	Sobremesa	Suco
Segunda	Acelga com tomate	Almôndegas	Macarrão ao sugo	Pavê de Amendoim	Acerola
Terça	Alface Crespa	Suíno ao forno	Farofa agridoce	Tangerina	Maça
Quarta	Mix de Folhas	Frango Assado	Purê de batata	Salada de Frutas	Pera
Quinta	Beterraba Ralada	Bife a pizzaiolo	Escarola crocante	Banana	Abacaxi
Sexta	Agrião com cebola	Carne moída c/ legumes	Chuchu gratinado	Suspiro	Maracujá

2ª Semana					
	Salada	Prato Principal	Guarnição	Sobremesa	Suco
Segunda	Couve	Iscas de peixe à baiana	Cuscuz de Legumes	Maça	Laranja
Terça	Alface Mimosa	Strogonoff de carne	Batata corada	Maria mole	Melão
Quarta	Vinagrete	Feijoada	Virado de folhas	Laranja	Uva
Quinta	Pepino com tomate	Filé de frango acebolado	Legumes assados	Pudim chinês	Tangerina
Sexta	Chuchu na salsa	Assado vienense	Quibebe	Banana	Goiaba

3ª Semana					
	Salada	Prato Principal	Guarnição	Sobremesa	Suco
Segunda	Alface Lisa com beterraba ralada	Iscas de carne à chinesa	Panache de legumes	Maça	Uva
Terça	Repolho colorido	Bife de Panela ao molho concassé	Macarrão ao alho e óleo	Curau	Maracujá
Quarta	Seleta de Legumes	Frango à caçadora	Purê misto	Abacaxi	Goiaba
Quinta	Cenoura Ralada	Peixe à dorê	Pirão	Mousse de chocolate	Laranja
Sexta	Rúcula	Toscana ao forno	Ratatouille	Tangerina	Limão

4ª Semana					
	Salada	Prato Principal	Guarnição	Sobremesa	Suco
Segunda	Verduras mistas	Picado bovino com legumes	Polenta ao sugo	Arroz Doce	Melancia
Terça	Tomate com cebola	Carne assada ao molho madeira	Abobrinha a napolitana	Goiaba	Pera
Quarta	Salada de Berinjela	Cassoulet	Farofa com azeitonas	Laranja	Uva
Quinta	Abobrinha com ervas	Filé de frango à milanesa	Creme de Milho	Doce de Abóbora	Caju
Sexta	Mix de legumes	Costela caipira	Batata Sauté	Banana	Abacaxi



OS ALIMENTOS PRONTOS DEVERÃO TER A SEGUINTE GRAMAGEM *PER CAPITA*
REFEIÇÃO E MARMITEX

Alimento	<i>Per capita</i>	Descrição
Arroz	220 g	Almoço
Feijão	120 g	Almoço
Prato proteico	<i>Per capita*</i>	Descrição
Carne bovina	130 g	Grelhados: coxão mole, alcatra, contrafilé.
	130 g	Assados: lagarto, cupim e coxão duro.
	130 g	Espetinhos: alcatra e contrafilé.
	130 g	Strogonoff: alcatra, coxão mole, patinho.
	130 g	Picadinhos: patinho, coxão mole, acém, músculo.
	130 g	Moidas: coxão duro, coxão mole, patinho, acém.
Carne suína	130 g	Grelhadas e assadas sem osso: pernil, lombo.
Carne suína com osso	200 g	Com osso: costelinha e bisteca suína.
Feijoada	300 g	Feijão preto (30%), carne suína magra e salgada (25%), linguiça calabresa (10%), linguiça paio (10%), carne bovina salgada tipo charque (10%), costelinha suína (15%).
Puchero	300 g	Grão-de-bico (30%), carne suína magra e salgada (25%), linguiça calabresa (10%), linguiça paio (10%), carne bovina salgada tipo charque (10%), carne bovina como acém, músculo e patinho (15%).
Cassoulet	300 g	Feijão branco (30%), carne suína magra e salgada (25%), linguiça calabresa (10%), linguiça paio (10%), carne bovina salgada tipo charque (10%), carne bovina como acém, músculo e patinho ou peito de frango (15%).
Linguiça	130 g 2 gomos/ unidades	Suína, bovina, frango.
Pescados	120 g	Filés de peixes diversos sem espinha: merluza, tilápia, pescada, polaca, atum, salmão.
Pescados em postas	150 g	Peixe em postas, diversos: cação, robalo, tainha.
Carne de frango sem osso	130 g	Peito de frango sem osso e sem pele, filé de sassami de frango.
Carne de frango com osso	170 g	Coxa, sobrecoxa, tulipa, coxinha da asa, frango a passarinho.
Visceras: Dobradinha	300 g	Dobradinha: Feijão-branco (30%), bucho (40%), linguiça calabresa (15%) e carne bovina salgada tipo charque (15%).
Fígado	120 g	
Ovos	02 unidades	Omelete de forno, omelete de chapa com frios: com 2 ovos.

* **Obs.:** *per capita* referente ao peso líquido de carne a ser servida por pessoa.

Guarnições	<i>Per capita</i>
Hortaliças e tubérculos, cozidos, refogados ou assados	120 g
Massas	120 g
Farofas enriquecidas	80 g
Tortas, croquetes, cuscuz de legumes, suflê	100 g
Pirão de Peixe	80 g
Purê, cremes, polenta e similares	100 g

Saladas	<i>Per capita</i>
Hortaliças <i>In natura</i> - Folhas	40 g
Hortaliças <i>In natura</i> – Legumes	60 g
Hortaliças cozidas	70 g



Leguminosas	40 g
-------------	------

Pães	Per capita
Pão Francês / Pão de Leite	25 a 30 g

Sobremesas	Per capita	Descrição
Doces caseiros, confeitaria, formulados, pastosos *	100 g	Gelatina, pudim, creme, arroz-doce, canjica, curau, pavê, torta, bolo, panetone, pasta flora, doce de leite, canjica e etc.
Compota *	100 g	Frutas.
Chocolate	50 g	Barra, bombom, trufas.
Cajuzinho, pé de moleque, paçoca, brigadeiro	50 g	
Frutas inteiras/ unidades – Padrão Extra	80 g a 120 g	Ameixa, banana, maçã, caqui, carambola, laranja, tangerina, pêra, goiaba, kiwi e uva.
Frutas em fatias – Padrão Extra	100 g a 120 g	Melão, melancia, manga e abacaxi.
Salada de Frutas *	100 g	Frutas diversas.

* **Obs.:** As sobremesas doces caseiros, compota e salada de frutas deverão ser acondicionadas em potes descartáveis com tampas de plástico atóxico, inodoro, transparente e resistente com capacidade de 100 ml, devidamente identificados com tipo e validade do produto. Os demais devem vir embalados em filme de PVC esticável ou saco plástico, atóxico, inodoro, transparente e resistente, devidamente identificados com tipo e validade do produto.

Bebida	Per capita	Descrição
Suco de Frutas	200 ml	Suco de frutas concentrado, néctar de frutas, suco integral da fruta, suco da polpa da fruta – seguindo as recomendações de diluição do fabricante.
Água		Servida em bebedouro, devendo estar acompanhado de porta-copos descartáveis abastecidos.



ANEXO I – C
EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

A CONTRATADA deverá equipar o Restaurante Popular Central no mínimo com os seguintes equipamentos:

1. Balcão de distribuição aquecido (buffet), aço inox, para 05 cubas (gastronorm);
2. Balcão de distribuição tipo buffet, refrigerado, aço inox, para 02 cubas;
3. Pass through aquecido e refrigerado;
4. Refrigerador;
5. Estantes de inox;
6. Mesas lisas para apoio;
7. Bancadas sobre pés em aço inoxidável, com 2 cubas, para lavagem e uso geral;
8. Lavadora de louças industrial, com lavagem e enxágue automático, com aquecimento, gavetas e mesas auxiliares;
9. Purificador de água natural e gelada;
10. Mesas e cadeiras para os comensais, conforme necessidade do refeitório;
11. Carrinho em inox para carregar bandejas e caixas "hot box", conforme necessidade;
12. Caixas Térmicas "hot box", de polietileno de alto impacto de 30 a 160 litros, conforme necessidade;
13. Bandejas plásticas lisas retangulares;
14. Pratos de porcelana branca;
15. Talheres em aço inox, em quantidades suficientes para o atendimento;
16. Utensílios necessários para a distribuição e higienização do local;
17. Balança eletrônica;
18. Termômetro em perfeito estado de conservação e calibração;
19. Catraca para controle eletrônico de acesso;
20. Ventiladores de parede, para garantir o conforto térmico no refeitório;
21. Refresqueira refrigerada em inox, capacidade 150 litros.



ANEXO I – D

DECLARAÇÃO – RESOLUÇÃO RDC N.º 216/2004 DA ANVISA
E PORTARIA CVS N.º 5/2013

DECLARO, para atender às exigências do Pregão Presencial n.º ____/2023, que a empresa _____, com sede à Rua/Avenida _____, CNPJ: _____ atende às exigências de preparo, transporte, entrega de alimentos e o consumo não exceda a 06 (seis) horas, com a manutenção do produto acima de 60 °C para os alimentos quentes e para os alimentos frios até 10 °C com tempo de exposição de 4 (quatro) horas, de acordo com a Resolução RDC n.º 216/2004 da ANVISA e Portaria CVS n.º 5/2013.

Mauá ____ de _____ de _____

RESPONSÁVEL DA PROPONENTE CREDENCIADO:

ASSINATURA:

NOME:

IDENTIDADE:

CRN:



ANEXO I – E
RESTAURANTE POPULAR MÓVEL – LOCAIS DE ENTREGAS DAS MARMITEX

LOCAL DE ENTREGA ENDEREÇO	
1	Rua Elias Soares Silva x Rua Marcelo de Oliveira Paccola, altura do nº 83 – Jd Kennedy – Mauá – SP.
2	Rua Pernambuco, esquina com Rua do Facão – Pajuçara – Mauá-SP
3	Rua Eucalipto, 350 - Vila Magine – Mauá – SP
4	Rua das Laranjeiras, 543 – Jd. Zaíra – Mauá-SP
5	Rua Edson Erasmo da Silva, 524 – Jd. Carlina - Mauá – SP (em frente ao número 507)
6	Rua João Lúcio de Moraes, 400 - Vila Santa Rosa -Mauá – SP
7	Estrada do Regalado, altura do nº 590 -Jd. Taquarussú - Mauá
8	Rua Ponta Grossa x Rua da Paz, altura do nº 79 – Jd. Paranavaí – Mauá-SP
9	Rua José Cândido Cerqueira Leite, 215 – Jd. Cerqueira Leite – Mauá-SP
10	Rua Manoel Nascimento - Jd. Zaíra– Mauá-SP
11	Rua Vitória Régia - Jd Primavera – Mauá-SP
12	Rua Fernando Colombo, altura do número 173- Pq. Das Américas – Mauá-SP
13	Rua Argentina, na altura do nº 124 - Pq. das Américas – Mauá-SP
14	Comunidade Portelinha – Mauá-SP
15	Rua Foz do Iguaçu, 174 – Jd. Oratório – Mauá-SP
16	Rua Altamira, na altura do número 186 - Jd. Oratório – Mauá-SP
17	Rua Lourival Portal da Silva - Macuco, 29 – Mauá – SP
18	Vila Elias Bertolino dos Santos – Mauá-SP
19	Rua da Amizade, Vila Nova Canaã – Mauá-SP
20	Rua José Pedro de Assis, Pajuçara,– Mauá- SP



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE O ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO

À

Prefeitura do Município de Mauá

Divisão de Compras

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 065/2023

....., portador da carteira de identidade nº....., representante legal da empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre integralmente o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que veda a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, de forma direta ou indireta, mão de obra infantil, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, considerando-se mão de obra infantil aquela exercida por menores de 16 anos. A constatação, a qualquer tempo, do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser contratada ensejará a rescisão do contrato, sem qualquer ônus para a P.M.M.

(local data)

.....

Nome/assinatura

Cargo



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

À

Prefeitura do Município de Mauá

Divisão de Compras

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 065/2023

(Razão Social da empresa), declara sob as penas da Lei que:

- a) Declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa não foi considerada inidônea.
- b) Aceita integralmente as condições do presente Edital bem como se responsabiliza pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais resultantes da execução do Contrato.
- c) Assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados.

(local data)

Nome/assinatura

Cargo



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO RP N°. 065/2023

(MODELO DE PROPOSTA)

Denominação:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Fone:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O RESTAURANTE POPULAR E PARA O RESTAURANTE POPULAR MÓVEL, INCLUINDO PREPARAÇÃO E TRANSPORTE.

*** favor considerar as especificações constantes no anexo I.**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
Valor Total : R\$_____ (valor por extenso)						

- Condições Contratuais:

Prazo de entrega: Conforme edital

Condições de Pagamento: Conforme edital

Validade da Proposta: Conforme edital

Mauá, ____ de _____ de 2023.

Proponente



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À

Prefeitura do Município de Mauá

Divisão de Compras

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 065/2023

“Declaramos, sob as penas da Lei, a inexistência de fatos impeditivos supervenientes à habilitação da empresa (.....), bem como estarmos cientes que devemos declará-los caso venha a ocorrer”.

(local data)

Nome/assinatura

Cargo



ANEXO VI
(M O D E L O)

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



ANEXO VII

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: _____

CNPJ Nº: _____

CONTRATADA: _____

CNPJ Nº: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

DATA DA ASSINATURA: _____

VIGÊNCIA: _____

OBJETO: _____

VALOR (R\$): _____

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- As plantas e projetos de engenharia e arquitetura. LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



A N E X O VIII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 065/2023
VALOR: R\$

**CONTRATO N.º ____/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ E A EMPRESA
_____, PARA _____.**

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2023, nesta cidade de Mauá, compareceram de um lado a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.959/0001-98, neste ato representado por seu Secretário de _____ Sr. _____ no uso da competência doravante designado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa _____, com sede na Rua: _____, n.º _____, Bairro _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por _____, portador da Cédula de Identidade RG. n.º _____ e CPF/MF n.º _____ e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da adjudicação efetuada na licitação PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º _____, conforme despacho exarado às fls. _____ do processo n.º _____ pelo presente instrumento avençam o presente contrato, sujeitando-se às normas da Lei n.º 8.666 de 23 de junho de 1993 e alterações, Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 6783 de 06 de outubro de 2005 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: 1.1. A CONTRATADA compromete-se a _____ para a CONTRATANTE, conforme quantidades, horários, condições e especificações constantes dos Anexos do edital n.º _____, parte integrante deste. CLÁUSULA SEGUNDA RESPONSABILIDADE DOS CONTRATANTES: 2.1. A CONTRATADA será a única responsável pelos encargos sociais, fiscais, comerciais e outros que decorrerem da execução do presente contrato. 2.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. 2.3. A CONTRATADA fica obrigada a prestar ao CONTRATANTE, independentemente de notificação, eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários no tocante à execução do contrato. 2.4. A CONTRATADA compromete-se a manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as mesmas condições de habilitação aceitas pelo CONTRATANTE. 2.5. A CONTRATADA responsabiliza-se perante o CONTRATANTE pelo fornecimento de produtos e serviços de primeira qualidade. CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO: 3.1. O preço certo e ajustado é de R\$ _____ (_____), conforme proposta da CONTRATADA e correrá por conta do orçamento vigente onerando a dotação orçamentária n.º _____, empenho n.º _____. 3.2. O preço pactuado será fixo e irrevogável pelo período de um ano a contar da assinatura do contrato, conforme legislação em vigor, sendo após este prazo, será reajustado pelo índice IGPM-FGV. CLÁUSULA QUARTA: PAGAMENTO: 4.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 dias. 4.2. Para efeito do início da contagem do prazo de pagamento, será considerado o dia do efetivo recebimento dos _____ pelo CONTRATANTE. 4.3 Estão excluídos os atrasos motivados pela CONTRATADA, independentemente de eventual prorrogação autorizada pelo CONTRATANTE. 4.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente ou, excepcionalmente, na Seção de Tesouraria, a critério da Secretaria Municipal de Finanças. A CONTRATADA deverá fazer constar na documentação fiscal: o nome do Banco, o número da agência e da conta corrente. O atraso no pagamento por falta dessas informações será considerado de responsabilidade da CONTRATADA. CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA: 5.1. O prazo de vigência do presente é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, respeitadas as disposições da Lei Federal 8666/93. CLÁUSULA SEXTA: RECEBIMENTO: 6.1. O recebimento do objeto do presente contrato, poderá ser feito pela Secretaria responsável pela contratação, e será aplicado, no que couber, o disposto no artigo 73, incisos I e II e artigos 74 a 76, da Lei n.º 8.666/93. CLÁUSULA SÉTIMA: PENALIDADES: 7.1. Pela injustificada inexecução parcial ou total do objeto deste contrato, serão aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da rescisão contratual: 7.1.1. Advertência. 7.1.2. Multa: a) Multa pela recusa da CONTRATADA em receber o pedido de fornecimento sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor adjudicado; b) Multa pela inexecução parcial do contrato, no valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre a parcela inexecutada, podendo o CONTRATANTE autorizar a continuação do mesmo; c) Multa pela inexecução total do contrato no valor equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato; d) Multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato se os produtos forem de má qualidade, fora dos mais rigorosos padrões de higiene ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pelo CONTRATANTE; e) Multa por atraso na entrega no valor equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento); 7.1.3 a) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos; b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 7.1.4 As multas são independentes entre si. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei. 7.1.5. O valor relativo as multas, eventualmente aplicadas, será reduzido de pagamento que o CONTRATANTE efetuar, mediante a emissão de Guia de Recolhimento. Na impossibilidade, o valor da multa será inscrito em Dívida Ativa para cobrança judicial, assegurando-se o direito de defesa. CLÁUSULA OITAVA: RESCISÃO: 8.1. O presente contrato poderá ser rescindido: a) unilateralmente, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII a XVIII, da Lei n.º 8.666/93 e alterações; b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e; c) judicial, nos termos da legislação. 8.2. Nos casos de rescisão administrativa, fica assegurado ao CONTRATANTE as prerrogativas previstas nos incisos I a IV do art. 80, da Lei supra citada. CLÁUSULA NONA: DOCUMENTOS INTEGRANTES: 9.1. Faz parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição, todo o conteúdo do processo administrativo n.º _____ e da proposta da CONTRATADA. CLÁUSULA DÉCIMA: FORO: 10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mauá, neste Estado, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com expressa renúncia de outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO: 11.1. O presente contrato é regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, pelos preceitos de Direito Público e, supletivamente pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e das Disposições de Direito Privado. Este ajuste é lavrado nos termos da minuta constante às fls. _____ e, aprovado às fls. _____ do processo administrativo n.º _____ e que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

SECRETÁRIO DE _____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME/RG

NOME/RG